

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ANA FLAVIA WESSLING

O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS
ABRIGOS

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 02/07/04

Teresa K.l.

Teresa Kleba Lisboa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS

2004

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

O PROCESSO DE TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NOS
ABRIGOS

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, Departamento de Serviço Social, Centro Sócio Econômico, Universidade Federal de Santa Catarina.

Por: Ana Flavia Wessling

Orientadora: Prof^ª Msc. Rúbia dos Santos


FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota _____ a aluna Ana Flavia Wessling,
pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Orientadora – Rúbia dos Santos
Assistente Social



1º Examinador – Adriana Muller
Assistente Social

2º Examinador – Silvana Espíndola
Assistente Social

Dedico este trabalho à minha família, em especial, minha tia Anita, cujo apoio e dedicação foram determinantes para a sua realização e à minha mãe, a estrela que mais brilha no céu. Tenho certeza que seu brilho iluminou a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

Neste momento tão especial, não poderia deixar de expressar minha mais sincera gratidão a todos que, de alguma forma, me acompanharam e contribuíram para que essa trajetória fosse cumprida. É impossível mencionar todos. Entretanto, agradeço em especial:

Aos professores e funcionários do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, que fizeram parte dessa história e em especial a **Ondina**, secretária do curso, muito prestativa, que sempre serão lembrados, por contribuírem para a realização deste sonho;

As Assistente Sociais dos abrigos visitados que serviram de base para a minha pesquisa: **Lar Recanto do Carinho, Casa-Lar Biguaçu, Ação Missão Social, Lar São Vicente de Paula**, pela atenção dedicada;

A minha orientadora, **Rúbia**, por ter sido mais que supervisora, sendo tão prestativa em meio a tantos afazeres, e principalmente por seus incentivos e “empurrões” para realização deste;

Às Assistentes Sociais **Márcia Gomes de Oliveira e Maria Tereza Barreto Floriani** pelos ensinamentos, dicas e orientações repassados na época de realização do estágio nas Casas-Lares **São João da Cruz e Nossa Senhora do Carmo**, em especial as **crianças, adolescentes e funcionários**;

Ao meu melhor pai do mundo, **Dário**, por me educar e me transformar na pessoa que sou e por toda sua força e carinho dedicado até o hoje;

A minha mãe, **Júlia** (*in memoriam*), extremamente presente em minha vida, apesar que meus olhos não possam vê-la, mas com certeza, as nossas almas estão em constante comunhão;

A minha tia, **Anita Flôres**, a quem eu admiro e respeito pela constante presença, principalmente por sua dedicação em estar ao meu lado sempre que necessitei;

Aos meus irmãos, **Márcia, Maristela e Pedro Mauricio**, aos quais tanto amo, por toda preocupação dedicada em todas as etapas da minha vida e por tantas vezes me socorrerem em momentos delicados;

Aos meus queridos sobrinhos **Bruna Louise** (20), **Paula Thais** (13), **João Manoel** (12), **Maria Júlia** (05) e o pequeno **Edgar** (02) por trazerem tanta felicidade para toda a nossa família e especialmente para essa tia coruja;

Aos **amigos do Curso e Colégio Decisão** pelo companheirismo e paciência dedicada ao longo desta trajetória final;

Todos os **amigos e parentes**, que de uma forma especial, me acompanharam na construção deste trabalho que ora finaliza.

E não poderia de deixar de agradecer a Deus, pela oportunidade de cumprir mais essa trajetória da minha vida.

RESUMO

Título: Processo de Trabalho de Serviço Social nos Abrigos

Autor: Ana Flavia Wessling

Orientador: Prof^a Msc. Rúbia dos Santos

Este trabalho de Conclusão de Curso teve por objetivo identificar o processo de trabalho do Assistente Social nos programas abrigos, no intuito de buscar subsídios que orientem a prática profissional em programas desta categoria. O trabalho em questão está distribuído em 03 capítulos. O primeiro capítulo aborda, a história do pensamento assistencial à infância e a adolescência, perpassando por todas as transformações ocorridas na infância até a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, desta abordou-se os aspectos pertinentes. No segundo, aborda-se o processo de trabalho do Assistente Social em sua totalidade, enfatizando o trabalho do profissional que atua nos programas abrigo. Finaliza-se com a pesquisa realizada com quatro Assistentes Sociais dos abrigos visitados, como forma de colher os resultados obtidos com as entrevistas, apresentando possíveis propostas para desenvolver um trabalho de melhor qualidade para as instituições visitadas.

Palavras chaves: crianças e adolescentes, famílias e abrigos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO I	12
I HISTÓRICO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL	12
1.1 REFERÊNCIA HISTÓRICA SOBRE CRIANÇAS E SUAS FAMÍLIAS	12
1.2 A FAMÍLIA: ESPAÇO DE CUIDADOS DE SEUS MEMBROS OU ESPAÇO A SER CUIDADO?	20
1.3 FATORES QUE CONDUZEM CRIANÇAS E ADOLESCENTES AO ABRIGAMENTO	23
1.4 CONSEQÜÊNCIAS DO ABRIGAMENTO NA VIDA DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES	26
1.4.1 <i>Ruptura dos vínculos familiares.....</i>	<i>29</i>
CAPÍTULO II.....	34
II PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROGRAMAS	
ABRIGOS	34
2.1 PROCESSO TRABALHO E SERVIÇO SOCIAL	34
2.2 A INTERVENÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROGRAMAS ABRIGOS	41
CAPÍTULO III	44
3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA	44
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	44
3.2 OBJETIVOS.....	45
3.2.1 <i>Objetivo Geral.....</i>	<i>45</i>
3.2.2 <i>Objetivos Específicos.....</i>	<i>46</i>
3.3 UNIVERSO DA PESQUISA	46

3.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	46
3.5 TRATAMENTO DOS DADOS	48
3.6 LIMITAÇÕES DA PESQUISA	48
3.7 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS	48
3.8 POSSÍVEIS PROPOSTAS	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	62
APÊNDICE.....	67

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de Conclusão de Curso é requisito para encerramento do curso de Serviço Social, bem como para conferir o grau de Bacharel em Serviço Social.

Este trabalho teve por objetivo identificar o processo de trabalho do Assistente Social nos programas abrigos, no intuito de buscar subsídios que orientem a prática profissional em programas desta categoria.

Na atualidade, são nítidos os reflexos em torno do mundo do trabalho, sobretudo no processo de trabalho do Assistente Social, que atua diretamente na realidade, em constante processo de análise e de criação de respostas às questões sociais evidenciadas na mesma.

E segundo Yamamoto (1996), o objeto de trabalho do Serviço Social é a questão social. “É ela em suas múltiplas expressões, que leva à necessidade da ação profissional junto à criança e ao adolescente, ao idoso, a situações de violência contra a mulher, a luta pela terra”, entre outros.

Portanto, o objeto de intervenção do presente trabalho são as Assistentes Sociais que trabalham em Casas-Lares, denominadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, como abrigo, mas nos municípios são denominadas de Casas-Lares. Neste trabalho utiliza-se as duas denominações; sendo o abrigo, umas das oito medidas de proteção à criança e ao adolescente, em casos de ameaça ou violação dos direitos dos menores. Convém relatar que essas ameaças ou violações podem acontecer por ação ou omissão das autoridades públicas; por falta (ausência, morte); omissão ou abuso dos pais ou responsável. E também por causa do próprio comportamento ou conduta da criança ou do adolescente.

O abrigo é uma medida provisória, excepcional, e só deve ser usada enquanto não se encontra para as crianças e aos adolescente uma família substituta. Abrigo não implica privação de liberdade, isto é, não é uma prisão.

As entidades ou instituições que tenham programas de abrigo devem respeitar uma série de princípios previsto no art. 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, o primeiro dos quais é manter a ligação dos menores abrigados com suas famílias. Para um melhor esclarecimento, durante o decorrer do trabalho o artigo está sendo citado por completo.

O Capítulo I, resgata a história do pensamento assistencial à infância e à adolescência até a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente e apresenta-se uma breve explanação sobre as transformações que as famílias enfrentam e os motivos que levam essas famílias a abrigarem seus filhos. Por fim, aborda-se as conseqüências do abrigamento na vida das crianças e adolescentes.

O Capítulo II direciona-se para o processo de trabalho do Assistente Social, em sua totalidade, enfatizando o trabalho do profissional que atua nos programas abrigos.

No Capítulo III apresenta-se a análise da pesquisa, como forma de colher os resultados obtidos com as entrevistas, apresentando possíveis propostas para desenvolver um trabalho de melhor qualidade para as instituições visitadas.

No item Considerações Finais apresentar-se às impressões da autora quanto a este trabalho, principalmente, no que se refere à reflexão da pesquisa. E por último, expõem-se as Referências Bibliográficas utilizadas no decorrer do trabalho e em anexo as entrevistas realizadas.

CAPÍTULO I

I HISTÓRICO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO BRASIL

Neste primeiro capítulo apresenta-se um breve resgate histórico das políticas de atendimento às crianças e aos adolescentes, até a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº8069/90.

Posteriormente, realiza-se uma explanação sobre as transformações econômicas, políticas e sociais que as famílias enfrentam na atualidade, bem como, problemas decorrentes dessa situação, entre eles o abandono e a institucionalização de crianças e adolescentes. Abordam-se também, os motivos que conduzem ao abrigo, as consequências acarretadas para a vida destes, enfatizando a ruptura dos vínculos familiares como umas das consequências mais graves.

1.1 Referência histórica sobre crianças e suas famílias

A história da legislação brasileira não é um problema recente, bem como, as instituições de amparo e assistência, também se faziam presentes em vários períodos de nossa história.

No Brasil Colônia (séculos XVI e XVII), os primeiros trabalhos desenvolvidos com criança foram realizados pelos jesuítas com a preocupação de ensinar a ler, escrever e aprender os bons costumes.

Depois disso, já no século XVIII, tem-se claramente o Sistema de Roda conhecido também como Casa dos Expostos. A Roda dos Expostos era procurada igualmente por pessoas pobres que não tinham recursos para criar seus filhos e por mulheres da elite que não podiam assumir um filho ilegítimo ou adúltero. Essas instituições eram criadas e mantidas pela Santa Casa de Misericórdia.

A Roda de Expostos era um dispositivo cilíndrico instalado de maneira a que uma parte ficava para dentro e outra para fora da casa. As pessoas colocavam, anonimamente, as crianças enjeitadas nessa roda que, uma vez girada, coloca-as dentro da casa, transformando-as em propriedade da instituição, para aí serem “cuidadas” e “tratadas” (SANTOS, s.d.).

Apesar da Roda ter sido criada com o objetivo de salvar vidas, os índices de mortalidade eram altíssimos. Era o chamado infanticídio maquiado, resultante de fatores econômicos, sociais e culturais que geravam péssimas condições de sobrevivência. A aglomeração de recém nascidos e crianças nas mesmas salas, frequentemente sem o arejamento adequado, propiciava o agravamento de todas as demais condições de intensificação da mortalidade infantil, como a proliferação de doenças.

A falta de caridade demonstrada em relação aos enjeitados sobrecarregava o orçamento, tornando precária a assistência dada pela Roda. Pode-se perceber que, já naquela época, estas instituições enfrentavam muitas dificuldades financeiras, materiais e de pessoal, ocasionando um atendimento precário. Foi nesta fase que surgiu a criança carente, que necessitava de caridade, sendo cuidada pela igreja e entidades filantrópicas que davam casa e comida sem uma preocupação específica com elas.

A sociedade tradicional via a criança e o adolescente como pessoas insignificantes. A infância não tinha duração longa, a criança logo que demonstrava desembaraço físico era levada a conviver com adultos, inclusive em seus trabalhos. Na idade medieval a criança fazia parte do cotidiano dos adultos, não com o status de criança, mas como componente deste

grupo. Sem ritos de passagem da fase de criança para a fase adulta, a criança era companheira natural do adulto.

A família não era responsável pela transmissão de valores, educação e socialização, pois a criança era logo afastada de seus pais e era normal os vizinhos ou outra família educá-las. Assim, a educação por muitos anos se deu através da convivência com adultos, sendo os primeiros anos de vida aqueles em que as crianças recebiam maior atenção e consideração.

No que se refere ao aspecto físico, as crianças não se diferenciavam dos adultos, pois se vestiam de maneira uniforme, sem qualquer caracterização própria à infância. Nem a morte de uma criança ocasionava um sentimento de perda para sua família, pois a compreensão era de que poderia ser substituída por outra.

Antes do século XVII, a família não tinha privacidade sequer no interior de sua própria moradia, pois havia muita interferência externa, visto que não existia a compreensão de que cada família compunha um núcleo próprio, com características e valores específicos. Somente a partir deste século e início do século XVIII surge o sentimento como algo mais íntimo, tanto da casa como da família, longe da rua e defendida contra os intrusos. A aprendizagem, que antes era através do contato com os adultos como meio de educação, foi substituída pela escola. Os pais começaram a se interessar pelos estudos dos filhos e estes foram separados dos adultos e, através da escola, iniciou um novo processo de educação e valorização das crianças.

A pesquisa histórica de Ariès sobre a sociedade européia demonstra claramente as diferenças na organização familiar ao longo da história. Segundo o autor, foi na idade moderna (1600 a 1900) que foram estabelecidos o limite entre o familiar e o social. Nessa época se desenvolveu a idéia de privacidade, o sentimento de casa e, assim, o sentimento familiar (originado da aristocracia e da burguesia) estendeu-se praticamente a toda sociedade,

persistindo até nossos dias. Dentro desta nova ordem, as crianças foram retiradas da vida comum, bem como de grande parte do tempo e das preocupações dos adultos.

Com o decorrer dos anos, houveram diversos avanços legislativos buscando adequação do tratamento à criança e ao adolescente que não conseguiram frear a situação de desrespeito à infância. Somente no século XX surge um novo modelo de assistência à infância, calcado na racionalidade científico, priorizando o método, a sistematização e a disciplina no lugar da piedade, caridade e a filantropia.

Em 1927 foi aprovado o primeiro Código de Menores do país e também o primeiro da América Latina, conhecido como Código Mello Mattos, o qual consolidava as leis de assistência e proteção aos menores de 18 anos abandonados ou infratores. Uma das características mais marcante é a modificação da concepção de pátrio poder. O código institucionaliza o dever do Estado de assisti-los em virtude de carência econômica. Incorpora as mudanças na concepção de assistência, que era exercida exclusivamente por religiosos, tornando-a competência estatal. O Estado passa a fazer de menores delinqüente objeto de coerção, sob a premissa de regenerar e educar.

Consideram-se abandonados os menores de 18 anos: que não tenham habitação certa nem meios de subsistência, por serem os pai falecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob guarda viva; que vivem em companhia de pai, mãe, tutor ou pessoas que se entreguem habitualmente a pratica de atos contrários à moral e aos bons costumes; que se encontram em estado habitual de vadiagem, mendicidade ou libertinagem [...] vítimas de maus tratos físicos habituais imoderados [...] “(VOLPI, 2001, p.26).

Depois de muitas críticas a esse modelo, cria-se em 1964 (tendo por respaldo o Código de Menores) um outro tipo de organização para atendimento às crianças e adolescentes, a FUNABEM (Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor) que, de acordo com o caderno do Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (CBIA) – “Trabalhando Abrigos” (1993, p.13) -, tinha por objetivo principal uma política nacional de atendimento a **crianças** e

adolescentes desajustados, como também uma coordenação central e uma fiscalização sobre as entidades executoras do trabalho com o “menor”. Era um órgão de cunho federal. Tinha sua prática voltada à repressão, assistencialismo e atitudes correcionais, tendo em vista que apesar da visão do “menor” carente, o que ainda prevalecia era a concepção de “menor” como uma ameaça social.

Em 10 de outubro de 1979, foi aprovado o novo “Código de Menores”, Lei Nº 6697/79, com sua aplicação condicionada às diretrizes da Política Nacional do Bem-estar do Menor o qual trazia em sua essência as mesmas diretrizes da antiga Lei Mello Matos, apenas adaptando-a aos novos tempos de conjuntura sócio-política. Portanto, na década de 80 a lei que amparava as crianças e adolescentes era o referido Código de Menores.

Pode-se dizer que a década de 80 fermentou e consolidou um novo olhar sobre a criança e o adolescente. Olhar este, exigente na alteração do “status quo”. É nesta década que os movimentos sociais pela criança se tornam instituintes. No bojo deles muitas das entidades não governamentais prestadoras de atendimento se articulam e se somam ao processo instituinte (COSTA, 1993, p.17).

Essa doutrina via as crianças e adolescentes como menores ou em situação irregular. Levava-se em conta não só os atos considerados delituosos de acordo com a justiça, mas também, os comportamentos de inadaptação ou irregulares que requeriam medidas de proteção ou de reeducação, devido à negligência familiar ou social. Portanto, a situação irregular podia ocorrer não só pela autoria de infração penal, mas por abandono, carência econômica da família que pudesse comprometer a subsistência da criança, vitimização, desvio de conduta, etc, o que levava, muitas vezes, os pais a perder o pátrio poder sobre seus filhos.

“Havia uma clara preocupação com os setores pobres da população, com o objetivo de mantê-las sob controle permanente na medida em que colocavam sob ameaça os espaços públicos, as ruas e as praças. Era preciso ordenar e controlar a pobreza (política, moral e higienicamente) pelas suas possibilidades de se construir um risco para as comunidades” (OLIVEIRA, 2001, p.27).

Ser pobre, vítima de abuso, maltratado, explorado, abandonado da família, do Estado ou da sociedade, já era motivo para uma criança ou adolescente ser privado de liberdade.

A doutrina da situação irregular culpabilizava os pais pelo abandono dos filhos, por não poderem suprir as necessidades básicas quando, na verdade, essa situação era gerada por causas estruturais ligadas à organização da sociedade, pela má distribuição de renda, pelas desigualdades e pela omissão do estado.

Como se tratava de uma Lei que beneficiava apenas os detentores de renda, viu-se a necessidade de modificá-la, trazendo significativas mudanças no campo político-social brasileiro, com importantes conseqüências para a legislação relativa à infância, visto que na década de 80, com o final da ditadura, um novo quadro se instala no Brasil, sinalizando os novos rumos que a abertura política propiciava. Foi neste período que começou a ganhar visibilidade e organização os grupos e as instituições preocupadas com as causas da infância marginalizada, tornando possível à formação de um movimento em torno da “causa do menor”.

A época era favorável para mobilizações populares, no campo das políticas de atendimento à infância e adolescência e a mais marcante das manifestações foi à concretização de um Movimento Nacional que passou a simbolizar a causa no país – “O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua”.

É, portanto, neste cenário de mudanças, onde indivíduos, grupos e instituições articulavam-se em defesa das crianças, demonstrando que era possível organizar-se e exercerem influência no debate e na ação ao nível de política, é que ocorre a revogação do Código de Menores, sendo substituído pelo Estatuto da Criança e Adolescente - ECA, Lei 8.069, de 13 de Julho de 1990.

De acordo com Costa (1993, p. 09).

... a nova lei rompeu de modo visceral com os métodos e processo de elaboração legislativa que vigoraram há séculos em nosso país. Segundo o autor, não é nenhum exagero dizer que, literalmente, trata-se de uma lei pensada por milhões de cabeças e escrita por milhões de mãos...

O ECA estabelece uma nova concepção sobre os direitos da infância e adolescência. É fruto de uma imensa mobilização nacional, originou-se de uma emenda popular, consignada no Art. 227 da Constituição Federal (1988), onde:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar a criança com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

Baseado na doutrina de Proteção Integral o Estatuto é inspirado na Convenção Internacional dos Direitos da Criança da Organização das Nações Unidas, preconiza que a criança precisa ser amparada, assistida e respeitada em todos os seus direitos. Passa a ver as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, inimputáveis até os 18 anos e sujeitos às normas e penalidades da legislação especial.

De fato a concepção sustentadora do Estatuto é a chamada Doutrina da Proteção Integral defendida pela ONU com base na declaração Universal dos Direitos da criança. Esta doutrina afirma o valor intrínseco da criança como ser humano; a necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento; o valor prospecto da infância e da juventude, como portadoras da continuidade do seu povo e da sua espécie e o reconhecimento da sua vulnerabilidade o que torna as crianças e adolescentes merecedores de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado, o qual deverá atuar através de políticas específicas para promoção e defesa de seus direitos.

O ECA (1990, p.17), em seu Artigo 2º prevê que “criança, para efeito desta Lei, pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos de idade”.

Essas mudanças passam a exigir um esforço conjunto da sociedade civil e do Estado, pois a questão da criança marginalizada passa a ser de responsabilidade do Estado e da sociedade como um todo.

A Doutrina da Proteção Integral responsabiliza o Poder Público e sociedade como agentes promotores das garantias dos direitos e provedores das necessidades básicas da infância e adolescência, sem qualquer tipo de discriminação exclusão ou exceção.

A partir de então, é abolido o discriminador termo “menor” e passa-se a utilizar os termos “criança e adolescente”, que se tornam cidadãos, sujeitos de direitos, pessoas em desenvolvimento que devem ser tratadas com prioridade absoluta.

O termo “menor infrator”, “crime”, “pena”, são substituídos por adolescente autor de ato infracional ou em conflito com a lei, ato infracional e medida sócio-educativa, respectivamente.

De acordo com Gilberto Dimenstein, citado por Guimarães (2000, p.50)

Não podemos nos conformar em ser "cidadãos de papel", lembrando que a criança é o elo mais fraco e exposto da cadeia social. Nenhuma nação conseguiu progredir sem investir na infância. A viagem pelo conhecimento da infância é a viagem pela profundidade de uma nação. A situação da infância é um fiel espelho de nosso estágio de desenvolvimento econômico, político e social.

O artigo 19 (1990, p.21), do Estatuto da Criança e do Adolescente, define que,

Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Portanto, a criança e o adolescente têm o direito legal de ser criado e educado no seio da sua família. Mas a prática tem demonstrado que isso nem sempre acontece, pois em casos específicos, quando as crianças passam a ter seus direitos fundamentais violados, encontrando-se, muitas vezes, em risco pessoal e social, por diversos fatores os quais serão

citados posteriormente, estes são colocados em casas de abrigos, com o objetivo de protegê-los. Porém, estas casas não possuem programas de ação continuada de atendimento à família, que visem a superação das dificuldades enfrentadas, afim de que possam receber novamente em seu meio as crianças que estiveram afastadas, longe dos vínculos familiares.

O Estatuto da Criança e do Adolescente passou a prever um sistema de atendimento integral, digno e justo às crianças e adolescentes, definindo procedimentos, alternativas de ação e normas de funcionamento das instituições públicas e privadas de atendimento a este segmento da população. Apesar de terem decorrido treze anos de sua promulgação a sociedade e, especialmente, o Poder Público ainda não estão dando importância e não detêm a compreensão à doutrina da proteção integral, no sentido de que a criança e o adolescente são titulares de todos os direitos inerentes a qualquer pessoa, mais aqueles próprios e especiais que, em razão da condição de pessoas em desenvolvimento, necessitam de um atendimento especializado e diferenciado.

1.2 A família: espaço de cuidados de seus membros ou espaço a ser cuidado?

Inicialmente, para uma melhor compreensão do tema a ser abordado, considera-se como “família”: “um núcleo de pessoas que convivem em determinado lugar, durante um lapso de tempo mais ou menos longo e que se acham unidas (ou não) por laços consangüíneos” (MIOTO, 1997, p.120).

A família faz parte do universo de experiências (real/ou simbólica) dos seres humanos no decorrer de sua história e está articulada dialeticamente com a sociedade na qual está inserida. Ela possui uma história e se constrói através de sua existência e se transforma continuamente no âmbito de suas relações de gênero, de geração, bem como de seu contexto social.

As grandes transformações que caracterizam a sociedade ocidental a partir da Segunda Guerra Mundial desencadearam uma série de repercussões, entre as quais se inclui o comportamento demográfico e a organização familiar.

No Brasil, a mudança dos padrões demográficos da população na segunda metade do século passado ocorreu de forma significativa, condicionada por um lado pelas transformações ocorridas no âmbito da liberação dos hábitos e dos costumes especialmente relacionados à sexualidade e à posição da mulher na sociedade. Por outro lado, o modelo de desenvolvimento econômico adotado pelo Estado redundou em empobrecimento das famílias, migração do campo para os centros urbanos e inserção considerável das mulheres e crianças no mercado de trabalho. Além disso, o desenvolvimento técnico científico proporcionou um grande impacto no âmbito das famílias.

O destaque da mulher não ocorreu apenas por necessidade, mas porque elas passaram a compreender melhor o papel que tem na sociedade e a importância da sua realização pessoal (ROSSETTI & TOLEDO, 1998, p.8).

Todos esses fatores que implicam na estrutura das famílias, desencadearam um processo de fragilização dos vínculos familiares, tornando assim, as famílias mais vulneráveis.

A família, no contexto destas profundas transformações econômicas, culturais, sociais e políticas, veio transformar-se numa área de disputa de poder, barganha e conflitos. (...) ao sofrer o impacto direto do processo de transformação social mais amplo, obriga-se a um reorganizar contínuo. Por outro lado, abre novos espaços, sob novas condições, o que implica um movimento interminável que cria e recria rupturas e continuidades com os valores herdados do passado, entre conflitos e contradições, confrontando-se com os valores, crenças e ideais do presente (RIBEIRO, 1999, p.22).

Hoje já não é possível falar de família, ou simplesmente num modelo de família. Admite-se cada vez mais diversificações das formas de famílias ou de arranjos familiares que

não mais o tradicional pai, mãe e filhos. As formas de organização das famílias estão interligadas às desigualdades que ocorrem dentro de uma conjuntura social.

Independente das formas ou modelos que assume, é na família que aprende-se a ser e conviver, ela é a matriz da identidade individual e social.

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, de desenvolvimento e proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou forma como vêm se estruturando (KALOUSTIAN,1994, p.11).

Percebe-se que a família constitui um grupo fundamental para o desenvolvimento do ser humano, pois ela serve como suporte para que o indivíduo sinta sua própria importância dentro dela, contribuindo na construção da identidade do sujeito, Assim, diante do agravamento da miséria, da marginalização e da exclusão, os valores da família (união, amor, solidariedade, respeito mútuo, etc) estão sendo ameaçados e perdendo a sua força, como fonte formadora de perspectivas para o futuro.

A família sofre influência de aspectos internos (nascimento, morte, separação), de aspectos externos (mudanças na economia, leis de trabalho), mudanças no contexto social (desemprego, migrações) e também pelo desenvolvimento de seus membros (adolescência, envelhecimento). Com todos esses desafios se apresentando, a família se vê pressionada para dar respostas, mas nem sempre está em condições de enfrentá-los e assim, expressa suas dificuldades por meio de inúmeros problemas, como os de difícil relacionamento familiar, **falta de assistência** à educação, à saúde, etc.

Portanto, não se pode negar, que a família é a célula maior da sociedade e se constitui num processo variável de transformação e mudanças, considerando-se que as formas de organização são diversas e modificam-se constantemente.

A maioria das famílias brasileiras vive em processo excludente, ficando comprometida e buscando diversas formas para se manter.

Os diversos fatores econômicos, políticos e sociais afetam diretamente a família e sua estrutura, gerando os mais diversos problemas, fazendo com que as famílias abram mão do cuidado de seus filhos, abandonando-os na rua ou esquecendo-os nas mais variadas instituições.

Quando a família não é capaz de educar e proteger seus filhos, e mostra-se como ameaça à crianças e adolescentes, que geralmente são o alvo escolhido pelos pais para descarregarem suas frustrações geradas em uma sociedade injusta e violenta, a instituição torna-se um suporte na tentativa de superar tais traumas e experiências negativas.

Muitas vezes a criança ou o adolescente é exposta a situações que ameaçam, e transgridem sua integridade física, psicológica ou moral, por ação ou omissão da família, de outros agentes sociais ou do próprio Estado.

1.3 Fatores que conduzem crianças e adolescentes ao abrigo

Na realidade brasileira, podem ser elencadas várias situações especiais que afetam a vida da criança e/ou do adolescente. Dentre estas situações, destacam-se:

- vítimas de abandono e maus tratos;
- vítimas de abuso, negligência e maus tratos na família e nas instituições;
- moradores de rua, sendo este o espaço de luta pela vida e, até mesmo, de moradia;
- vítimas de trabalho abusivo e explorador;
- envolvidos no uso e tráfico de drogas;
- as crianças e adolescentes explorados sexualmente;
- os adolescentes em conflito com a lei, em razão do cometimento de ato infracional;
- outras situações que impliquem em ameaça ou violação da integridade física, psicológica ou moral das crianças e adolescentes a ela exposta.

Convém lembrar que está previsto no ECA, que a pobreza não lhes retira os direitos nem os deveres, pelo contrário, as famílias têm direito à proteção, quando elas necessitarem (10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira, 1994, p. 33-34), e quanto mais expostas estão as famílias a situações de exclusão, mais exposta ao abandono ficam os mais vulneráveis.

No que diz respeito ao direito da criança e do adolescente com relação à função da família, o ECA reafirma o direito à convivência familiar e comunitária, como citado anteriormente, enunciado no artigo 227 da Constituição Federal. Os pais têm o dever de assistir, criar e educar os filhos e para isso precisam ter acesso junto com a comunidade, à formulação das políticas sociais.

A família é a principal responsável pelo bem-estar físico e emocional das crianças e adolescentes, necessitando de infra-estrutura econômica e social para cobrir suas demandas. É a base da sociedade e o ponto supremo para a formação do ser. Qualquer desequilíbrio ou instabilidade afetará substancialmente a criança e o adolescente.

A situação de miséria em que vive grande parte da população, frente ao caos econômico instalado no país e a má administração do erário público, mostra a desatenção total aos dispositivos inseridos na Carta Magna e no ECA relativos à proteção da família.

Visando atender as diferentes demandas e problemáticas das crianças e/ou adolescentes em situação de abandono, risco pessoal e social, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei Federal 8.069 de 13.07.90) apresenta as medidas sócio-educativas e as medidas de proteção.

As medidas sócio-educativas são destinadas a adolescentes que cometeram ato infracional (ECA-1990, p.38 - Art. 112), na qual pode-se destacar a internação, a advertência, a obrigação de reparar danos, a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida e o regime de semiliberdade.

As medidas de proteção se aplicam à criança e adolescente que tem seus direitos básicos ameaçados ou violados, seja por omissão ou abuso dos pais ou responsáveis, seja pela sociedade ou mesmo por parte do Poder Público.

E, dentro das medidas de proteção, o abrigo em entidade é determinado pelo parágrafo único do art. 101 (ECA-1990, p.36), que prescreve o seguinte:

O abrigo é considerado uma medida de proteção provisória e excepcional, utilizável como forma de transição para posterior colocação em família substituta, não implicando privação de liberdade.

As entidades que desenvolvem programas de abrigo deverão adotar os seguintes princípios (art. 92 – ECA-1990, p.32,33):

- I. preservação dos vínculos familiares;*
- II. integração em família substituta quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem;*
- III. atendimento personalizado e em pequenos grupos;*
- IV. desenvolvimento de atividades em regime de co-educação;*
- V. não-desmembramento de grupos de irmãos;*
- VI. evitar sempre que possível, a transferência para outras entidades de crianças e adolescentes abrigados;*
- VII. participação na vida da comunidade local;*
- VIII. preparação gradativa para o desligamento;*
- IX. participação de pessoas da comunidade no processo educativo.*

Parágrafo Único – O dirigente da entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito.

Entende-se por abrigo, um lugar que oferece proteção, moradia (embora provisória), atendimento personalizado, em pequenas unidades, para pequenos grupos de crianças.

Caracteriza-se por oferecer às crianças e adolescentes a oportunidade de participar na vida da comunidade através da educação, lazer, saúde, esporte, etc

As crianças e adolescentes que passam por um período de institucionalização acabam sentindo algumas conseqüências no decorrer de sua vida. Dentre estas, situa-se principalmente, a dissociação e ruptura dos vínculos familiares. Neste sentido, torna-se imprescindível analisar estes fatores decorrentes da internação para que melhor possam ser entendidos na sua complexidade.

1.4 Conseqüências do abrigo na vida das crianças e adolescentes

A institucionalização de crianças e adolescentes é fato concreto e polêmico; visto que, muitas vezes, estes passam uma boa parte da história de sua vida “conectada” ou “absorvida” por uma unidade de abrigo, que pode trazer muitas vezes conseqüências sérias e negativas como: repressão, agressividade, falta de referenciais, etc.

Em princípio, como citado anteriormente, o abrigo de crianças e adolescentes é visto como uma medida a curto prazo e provisória. No entanto, é comum encontrar crianças e adolescentes que passaram a maior parte de sua vida morando em centros residenciais, denominados Casa-Lares.

Parece claro que a infância conturbada e privada de laços afetivos fortes traz conseqüências futuras para o repertório comportamental dos indivíduos, inclusive para sua auto-estima, definindo assim sua forma de relacionamento como o outro e com o mundo em geral (WEBER & KOSSOBUDZKI, 1996, p.34).

As crianças institucionalizadas por um longo período perdem suas “raízes” e sua identidade familiar devido à falta de contato e a inexistência de visitas. Os laços que outrora os unia pelo fator de consangüinidade, com o passar do tempo vão se estreitando, chegando a

desaparecer por completo, fazendo com que se tornem “estranhos” sem vestígios de laços afetivos que os unam, cada qual com sua história pessoal.

Embora concordando com Weber e Kossobudzki (1996, p.34) que “... institucionalizar não é a melhor solução, pois priva a criança de um convívio afetivo que permite uma intimidade e uma cumplicidade, somente possíveis numa relação familiar, nunca numa instituição”, aqui, neste trabalho, entende-se que em algumas situações a instituição torna-se uma referência às crianças que pelas mais variadas demandas não podem contar com suas famílias, ou então, quando abandonadas à própria sorte, são amparadas e protegidas na Casa-Lar.

Pode-se concluir que, de acordo com os trabalhos de diversos estudiosos, o carinho, o aconchego, o dar e receber amor ficam prejudicados em uma instituição, pelas inerentes limitações de atitudes espontâneas, causando diferentes tipos de danos à criança, às vezes irreversível, sejam eles físicos, intelectuais ou, principalmente emocionais (WEBER & KOSSOBUDZKI, 1996, p.49).

É muito preocupante a questão das crianças e adolescentes que se encontram abandonados em instituições por suas famílias – pai, mãe, irmãos, tios, avós e demais parentes – cujas visitas, em alguns casos, reduzem-se a nenhuma.

Apesar de Vicente (1994, p.53) afirmar não existirem órfãos, pois “... para que uma criança perca toda a sua família (incluindo avós, e tios maternos e paternos), é necessário que uma grande tragédia tenha lhe sucedido. E isto é raríssimo”. Percebe-se, com uma certa frequência, a existência de “órfãos” de pais e parentes vivos, que abandonam suas crianças na instituição.

O ideal seria que todo o indivíduo nascesse e crescesse “... num ambiente familiar onde pudesse ser reconhecido como único e capaz de criar, acertar e errar, interferir, modificar e construir seu próprio mundo e ser dono do seu destino” (WEBER & KOSSOBUDZKI, 1996, p.53).

Concorda-se com o ideal preconizado por Weber (1996), contudo, considera-se uma utopia, tendo em vista o grau de pobreza, somado a um grande número de problemas apresentados por muitas famílias, que são obrigadas a procurar uma instituição que ofereça abrigo e melhores condições de vida às crianças e adolescentes necessitados, embora como um recurso em caráter excepcional e temporário.

Para a criança, a institucionalização prolongada leva ao empobrecimento de sua subjetividade pela perda de relacionamentos humanos individualizados, contínuos e afetuosos. Esse processo pode deixar seqüelas graves, como a incapacidade de autogerenciar-se, o que costuma dificultar as chances de uma inserção social adequada. Pode também determinar a ruptura dos vínculos afetivos com a família de origem, levando a séria dificuldade na construção de novas relações sociais.

Para a família, a institucionalização pode representar o progressivo não investido no filho, a omissão, a construção de novos projetos familiares que excluem a criança e também a desvalorização perante a sua própria imagem (auto-estima) e perante a sociedade. Em alguns casos, a permanência da criança na instituição atende apenas às necessidades dos pais, representando verdadeira condenação para a criança.

No âmbito social, o comprometimento mais significativo está na perda de referências afetivas e sociais básicas, o que poderá dificultar, para a criança apartada de seu meio, de origem, suas chances futuras de integração social.

O sofrimento maior da criança institucionalizada é de não ser importante para ninguém, não pertencer a ninguém, mas estar nas mãos de todos.

Toda criança ou adolescente que chega ao abrigo traz consigo uma carga emocional acentuada, pelo fato de ter vivido experiências muito marcantes, são vivências únicas que precisarão ser consideradas por todos os responsáveis que atuam diretamente com essas crianças e adolescentes.

1.4.1 Ruptura dos vínculos familiares

Ressalta-se primeiramente que o ambiente familiar é especialmente importante nos primeiros anos de vida, já que a família cumpre a função mais importante na socialização da criança.

É no contexto das relações familiares, cujo motor são os afetos (amor, ódio, inveja, gratidão), que a criança aprende a reconhecer-se como única (identidade) e como parte de um grupo (o sentido de pertencer, o sentido de nós) (MIOTO, 1997, p.120).

Ela é um espaço indispensável para a garantia da sobrevivência, do desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independente do arranjo familiar ou da forma como vem se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo, materiais, necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo, a educação formal e informal, é em seu espaço que são absorvidos os valores éticos e humanitários. É onde se aprofundam os laços de solidariedade.

Para um desenvolvimento completo e harmonioso de sua personalidade a criança deve crescer num ambiente familiar, numa atmosfera de felicidade e compreensão (FERRARI, 1991; KALOUSTIAN, 1991).

Contudo, é importante lembrar que a capacidade de cuidado e proteção dos grupos familiares depende diretamente da qualidade de vida que eles têm no contexto social nos quais estão inseridos. Sem dúvida nenhuma, as famílias brasileiras, especialmente as de camadas populares, estão fortemente pressionadas pela política econômica do governo. Em vez de tal política assegurar condições mínimas (renda, emprego, segurança, serviços públicos de qualidade) de sustentação das famílias, ela vem desencadeando situações (migrações, desemprego, ausência de serviços públicos) que são fortes motivos para a desestruturação familiar.

A família ainda hoje é vista como uma caixa de ressonância dos problemas e desafios deste século, que envolvem problemas de ordem ética, econômica, política e social. Nesse sentido, tem sido um espaço de conflitos, ao enfrentar no cotidiano, situações extremamente contraditórias, dentre as quais pode-se destacar:

- o cumprimento de suas tarefas básicas (proteção e cuidado de seus membros, socialização primária de suas crianças) sem que tenha condições objetivas para tanto;
- o embate entre o projeto pessoal dos pais e o projeto familiar de cuidado do outro;
- a convivência de um modelo familiar ideal calcado no passado com a diversidade dos arranjos familiares atuais.

Dessa forma, pode-se dizer que a qualidade de vida das famílias depende da articulação que cada uma consegue fazer entre as demandas internas (necessidades de seus membros nos diferentes estágios de desenvolvimento), as demandas advindas de seu espaço social e as formas de lidar com as transformações ocorridas no âmbito das relações homem/mulher e pais/filhos.

Esta articulação está constituindo-se num processo extremamente difícil, diante das respostas que vêm sendo dada pelas famílias e por seus membros. É inegável a intensidade das atitudes destrutivas no contexto das relações familiares (a violência, especialmente contra mulher e a criança, o filicídio) e o aumento gradativo de problemas na infância e na juventude. Porém, todo o movimento que está ocorrendo no interior das famílias e nas suas formas de inserção no contexto social pode ser entendido como uma luta pela sua sobrevivência, não apenas no sentido estrito da palavra (uma vez que aumenta a cada dia o número de famílias em condição de miséria), mas especialmente no sentido de preservação do próprio grupo enquanto lugar da vida.

Assim, uma hipótese a ser considerada é lidar com as dramáticas respostas que as famílias vêm apresentando enquanto grupo (relações muito conflituosas e destrutivas) e por

intermédio de seus membros individualmente (abuso de substância, problemas de comportamento, comportamentos suicidas, suicídio, delinquência) aos desafios que lhe estão sendo impostas como pedidos de socorro. Dai decorre a necessidade de se estabelecer processos de atenção às famílias, que as auxiliem a enfrentar tais esforços e ofereçam novas articulações que sejam prenúncios de uma condição humana melhor.

Para sustentar os filhos em momentos de crise, muitas famílias encontram como única saída colocar as crianças e adolescentes em entidades de abrigo, internatos, etc. Para essas famílias não se trata de abandono e sim de uma estratégia de sobrevivência. A expectativa da maioria é ter os filhos de volta o mais breve possível.

Considera-se, portanto, que por romper, ainda que temporariamente, os vínculos afetivos entre os membros da família em função do afastamento daquela criança ou adolescentes vítima da ação ou omissão dos pais ou responsáveis, a medida protetiva de abrigo deva ser o último recurso a ser efetivado na busca pela proteção integral da infância. Pelos mesmos motivos ele também deve ser temporário e mantido somente o tempo que necessitar para que a família de origem da criança receba apoio, seja orientada e acompanhada na busca de reestruturação que possibilite a superação ou amenização das dificuldades enfrentadas, com vistas ao retorno da criança à sua origem com proteção integral.

A partir do momento que passam a ser abrigados, são tolhidos de um certo tipo de “liberdade” que possuíam fora da instituição; o contato com a família e antigos amigos passa a ser restrito, provocando uma grande quebra de vínculos, que não será substituído dentro do abrigo. Quanto mais tempo que a criança ou o adolescente permanece abrigado, muito maior é a perda desses referenciais, o que provoca angústias e sentimentos de perda e abandono.

As crianças abrigadas trazem consigo “diferenças” oriundas de quadros característicos de abandono, rejeição, maus tratos e outros componentes que certamente influenciarão na formação de sua personalidade, cabendo aos responsáveis conduzir criteriosamente a

educação, de forma a superar estas falhas e incutir elementos que fortaleçam a efetividade, o intelecto e proporcionem condições favoráveis que respeitem a necessidade de segurança material e emocional possibilitando a formação do cidadão autônomo e responsável frente a si e a sociedade.

Uma das maiores necessidades das crianças e adolescentes abrigados, sem dúvida, é a construção de referenciais individuais, fortalecendo sua subjetividade e a formação de vínculos, manifestando-se através da amizade e do afeto.

Entidades de renome na atenção e cuidados à infância e à adolescência, na obra 10 Medidas Básicas para a Infância Brasileira (1994, p.35) esclarecem que:

O vínculo afetivo é fundamental para o desenvolvimento humano e em especial o das crianças e adolescentes para a construção de sua integridade física, psíquica e moral. Ameaças ao convívio familiar colocam crianças/adolescentes em situação de risco.

Dentro do abrigo é difícil estabelecer vínculos pois a entrada e saída de crianças, funcionários e estagiários é constante, além disso os funcionários e profissionais precisam dividir as atenções, não existindo um adulto que dê atenção exclusiva para cada criança e adolescente em todos os momentos em que eles necessitam.

[...] o carinho, o aconchego, o dar e receber amor ficam prejudicados em uma instituição, pelas inerentes limitações de atitudes espontâneas, causando diferentes tipos de danos à criança, às vezes irreversíveis, sejam eles físicos, intelectuais ou principalmente emocionais (WEBER & KOSSOBUDZKI, 1996, p.49)

Uma criança precisa estabelecer vínculos para sentir-se segura e amada, pois o apego não se caracteriza só pelo “amor materno” ou familiar. Ele pode ser construído com outros membros externos.

O vínculo (o apego) traz em si mesmo elementos referenciais para o desenvolvimento pleno do cidadão. O sentimento de pertencimento estabelece moldura para todas as cenas que compõem a história de vida do indivíduo (VIAN, 1990, p.25).

A criança e o adolescente abrigado devem criar vínculos externos à instituição para que a criança, enquanto sujeito em desenvolvimento, possa aflorar seu lado subjetivo e desenvolver potenciais que podem estar tolhidos por falta de estimulação, atenção e afeto.

Crianças institucionalizadas estão sujeitas a inúmeras privações, mas a questão dos vínculos afetivos é de fundamental importância para o desenvolvimento da criança e do adolescente e para a construção de sua integridade física, psicológica e moral.

CAPÍTULO II

II PROCESSO DE TRABALHO DO SERVIÇO SOCIAL NOS PROGRAMAS ABRIGOS

Neste capítulo procura-se demonstrar que, no interior dos processos de trabalho é o Assistente Social que dá a direção técnica na parte da assistência social. É ele que orienta e informa sobre as normas institucionais e os direitos dos usuários no serviço.

O processo de trabalho do Assistente Social caracteriza-se, principalmente, pela sua especificidade, que está no fato de atuar sobre todas as necessidades humanas de uma classe social formada por grupos marginalizados, pauperizados e excluídos dos bens e serviços, da sociedade em que vivem.

2.1 Processo Trabalho e Serviço Social

Inicialmente, faz-se necessário descrever o que se entende por processo de trabalho.

Segundo Gentili (1998, p.25),

O processo de trabalho é configurado por todo fazer profissional que abrange metodologias, utilização de arsenal técnico da profissão, estabelecimentos de diretrizes de ação, de comunicação e de prestação de serviços aos usuários.

Levando-se para o campo do assunto em questão, a Assistência Social,

“compreende diversos tipos de trabalho social que têm como objetivo auxiliar o indivíduo ou a família em sua luta pela adaptação ao meio; abrange uma grande variedade de atividades como a assistência médica e a jurídica” (BARSA, v.15).

Assim, o Serviço Social caracteriza-se por um processo pedagógico, que procura tornar o homem capaz de ser sujeito do seu processo de desenvolvimento, tornando-o apto a fazer suas escolhas e tomar decisões.

Verifica-se, pelas lições de Gentilli (1998, p.39), que o Serviço Social é uma especialidade profissional que tem com função principal (mas não única), a execução de programas de políticas sociais, em organismos governamentais e não-governamentais, destinados aos extratos mais pobres das camadas trabalhadoras. Por contingências da divisão sócio-técnica do trabalho, cabe ao Serviço Social realizar atendimentos diversos em organizações públicas ou privadas, que podem se vincular ao Estado (como é o caso de Secretarias de Ação Social de Estados e de Municípios); a organismos de classe trabalhadora (como sindicatos); a entidades patronais (como o Serviço Social da Indústria) e, as organizações públicas, porém não estatais, como é o caso das Organizações Não-Governamentais.

Em se falando de políticas sociais em qualquer um dos segmentos da sociedade, depreende-se dos ensinamentos de Gentilli (1998, p.79) que política social é uma expressão que se refere a ações governamentais dos Estados modernos tendo em vista atender à redução das conseqüências da pobreza em diversas áreas de serviços como educação, saúde, habitação, previdência, etc. Estas ações objetivam resolver (em alguns casos) ou minimizar (os outros); no âmbito da política geral dos governos; as questões da equidade social.

O fazer profissional é visto como a “atividade do assistente social na relação com o usuário, os empregados e os demais profissionais” (Iamamoto, 2001, p.94). Suas ações afetam diretamente a vida dos usuários dos serviços nos mais variados campos de atuação dos assistentes sociais.

Não se pode negar que o campo de atuação do assistente social é muito amplo e, no espaço governamental, o Serviço Social se estende às políticas sociais nas áreas da

assistência, previdência, relações de trabalho, habitação em programas de atendimento à infância, adolescência e ao idoso (Gentili, 1998, p.42), executando programas e políticas públicas.

Para analisar o processo de trabalho do assistente social é imprescindível contemplar quais os objetos que envolvem a prática profissional, qual é o conteúdo da atividade do Serviço Social, quais os instrumentos utilizados e seus significados, qual o resultado do seu processo de trabalho e como o mesmo pode ser aferido, considerar ainda os elementos externos, as dimensões e formas de exercício do controle que perpassam seu trabalho (Francisco & Cardoso, 1995, p.8), ou seja, o processo de trabalho elege um objeto que se transforma e acaba gerando um produto.

Compreender o processo de trabalho no Serviço Social requer, por parte dos Assistentes Sociais, além da apreensão da dinâmica institucional onde atuam levar em consideração no mesmo movimento de análise, o conjunto de mudanças que ocorrem na sociedade brasileira hoje. Pois, os “modos de aparecer” do Serviço Social, manifestados no agir profissional, são redefinidos ao longo do processo histórico da profissão. Processo este complexo e contraditório, gestado no confronto das classes sociais que a intervenção profissional polariza. Portanto, discutir o processo de trabalho no Serviço Social, requer primeiramente que o mesmo seja compreendido a partir dos seguintes pressupostos.

O primeiro, refere-se à compreensão de que a base sócio-histórica de constituição da profissão está diretamente ligada à questão social e à emergência do setor de Serviços, isto é, o Serviço Social se desenvolveu a partir dos embates das classes sociais, originados sobretudo da tensão entre capital X trabalho. Sendo assim, a profissão emerge como estratégia do Estado no enfrentamento das várias expressões da questão social, isto é, ele é institucionalizado com o objetivo de adequar a classe operária às novas condições instauradas pelo processo de

industrialização e o avanço do capitalismo em sua fase monopolista (BARBOSA & CARDOSO, 1998, p.110).

Segundo Barbosa & Cardoso (1998, p.110),

A disciplina profissional se desenvolve, então, direcionada para grupos populacionais carentes de modos próprios de reprodução e de formas de acesso a serviços públicos e privados que respondam às necessidades de sobrevivência e socialização no contexto urbano-industrial.

O Estado passa a criar políticas públicas que redistribuem o valor excedente do capital, e requisita o Serviço Social como força de trabalho especializado e inserido na divisão sócio-técnica do trabalho, para atuar no setor e serviços, em particular como executor das políticas desenhadas pelo Estado no âmbito da assistência e políticas sociais.

É colocado por Barbosa & Cardoso (1998, p.123) que, o crescimento do setor de serviços está relacionado com “o movimento típico do capitalismo de buscar o desenvolvimento constante da divisão do trabalho e a capitalização generalizada de todas as esferas sociais”.

Por sua vez, o Estado reduz as manifestações dos conflitos sociais no mesmo instante em que assume o que seria a única responsabilidade do capitalista na reprodução da força de trabalho, ou seja, na medida em que o Estado obtêm recursos para as políticas sociais através da arrecadação de tributos, a acumulação de capital se consolida, pois, o mesmo “encobre” os direitos trabalhistas (diminuindo gastos) e o Estado através das políticas sociais, as repassa, (de forma mínima) como “favor”, perpetuando a ideologia do assistencialismo/paternalismo, isto é, essas políticas aparecem mistificadas como uma doação, como concessão do Estado e do empresariado, e não como direitos das classes trabalhadoras, como bem nos ensina Iamamoto (1995, p.52) quando descreve que:

Trata-se de um período marcado pelo aprofundamento do modelo corporativista do Estado e por uma política nitidamente favorável à industrialização (a partir de 1937). A burguesia industrial adquire supremacia no poder de Estado aliado aos grandes proprietários

rurais, e tem de se defrontar com o crescimento do proletariado urbano, reforçado pelos fluxos populacionais liberados pela capitalização da agricultura. Em face de tal expansão, surge a necessidade de absorver e controlar esses setores. O Estado Novo vai buscar na classe operária um elemento adicional de sua legitimação, através de uma política de massas, ao mesmo tempo em que procura reprimir o componente autônomo dos movimentos reivindicatórios do proletariado que foge aos canais institucionais criados para absorvê-los na estrutura corporativista.

O segundo pressuposto leva a considerar a prática profissional do Assistente Social como trabalho e, que o seu exercício profissional está inscrito em um processo de trabalho.

Como uma categoria chave, a eleição do trabalho não ocorre por acaso. O reconhecimento do Serviço Social como trabalho, proporciona à categoria configurar a sua prática profissional como trabalho profissional, que deixa de ser tratada como uma prática social abstrata. Proporciona ainda, a compreensão de que o agir profissional do Assistente Social está diretamente ligado à dinâmica da sociedade em que este se insere, ou seja, a prática profissional adquire a sua “forma” na sociedade em que está inserida, ela é histórica.

De acordo com Iamamoto (1997, p.40):

A análise da prática do Assistente Social como trabalho, integrado em um processo de trabalho permite mediatizar a interconexão entre o exercício do Serviço Social e a prática da sociedade.

O trabalho é a atividade própria do ser humano, ele permite que o homem se diferencie da natureza pela sua capacidade de antecipar e projetar resultados, ou seja, o ser humano já tem idealizado na sua consciência, a configuração que quer imprimir ao objeto de trabalho, antes de sua realização. Isto ressalta a capacidade teleológica do ser social.

Portanto, compreender a prática profissional enquanto trabalho, significa apreender que a ação realizada pelo Assistente Social é projetada anteriormente à sua execução, ela possui um caminho a ser percorrido para atingir determinada finalidade, um dever ser imbricado de valores ético-políticos.

Pode-se dizer que o trabalho proporciona uma dupla transformação: sendo uma atividade prático-concreta, ele opera mudanças tanto no objeto a ser transformado, quanto no sujeito, na subjetividade dos indivíduos, isto é, o próprio homem que trabalha é transformado pelo seu trabalho, pois, este permite descobrir novas capacidades e qualidades humanas.

Assim, o trabalho é fator fundamental de realização do ser social, ele é condição para a sua existência, já que, o ato de produção e reprodução da vida humana realiza-se através dele.

Por outro lado, dada a forma que o trabalho assume nas sociedades capitalistas, tem-se a desrealização do ser social, ou seja, nas sociedades regidas pelo valor, o trabalho torna-se estranho ao homem, pois, o processo de trabalho converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. Assim, o que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do mesmo.

Enfocando o capitalismo, entende-se que, o Serviço Social está integrado no universo do valor, da mercantilização, pois, vende a sua força de trabalho especializada em troca de um salário. Seu trabalho se torna especializado na sociedade quando atende as necessidades sociais, isto é, passa a ter um valor de uso, uma utilidade social.

Pela filosofia Marxista, depreende-se que:

Para o trabalho reaparecer em mercadorias, tem de ser empregado em valores de uso, em coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza. O que o capitalista determina ao trabalhador produzir é portanto um valor-de-uso particular, um artigo especificado (MARX, 1987, p. 201).

Assim sendo, pode afirmar que o Serviço Social constitui-se como: uma força de trabalho assalariada e contratada no mercado, com um objeto de trabalho, dispondo de certos meios de produção, gerando um produto, como resultado do trabalho. Todo este processo de transformação do objeto de trabalho em “produto útil” é o próprio processo de trabalho que

expressa as particularidades e singularidades da ação profissional, nos diversos campos onde atua o Assistente Social, ou seja, resulta na própria identidade profissional.

Outro elemento integrante do processo de trabalho são os meios ou instrumentos de trabalho, isto é, aquilo que o trabalhador interpõe entre ele e o objeto sobre o qual trabalha para transformar. O principal meio ou instrumento de trabalho do Serviço Social é o conhecimento, sendo a base teórica metodológica o recurso fundamental para decifrar a realidade e clarear a condução do trabalho a ser realizado. E através do conhecimento que o Assistente Social tem a possibilidade de pensar a realidade de forma crítica e, conseqüentemente transformá-la, como bem nos elucida Iamamoto (1997, p.42):

“O conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho”.

Além do conhecimento, o Assistente Social utiliza-se de instrumentos técnicos operativos, tais como: reuniões, palestras, encaminhamentos, entrevistas, plantões e outros.

Pelo que foi estudado, pode-se dizer que o objeto de trabalho ou a matéria-prima do trabalho profissional é a questão social em suas múltiplas expressões, isto é, nas suas várias manifestações. Para tanto, pesquisar e reconhecer a realidade são condições necessárias para o exercício profissional.

No que se refere aos meios pelos quais se materializa o trabalho do assistente social, não há como negar que os instrumentos potencializam a ação do Serviço Social junto à demanda.

Portanto, os instrumentos teóricos e técnicos são essenciais, pois permitem uma leitura mais fidedigna da realidade e motivam rumos à ação. Poder-se-ia, então afirmar que o conjunto de conhecimentos e habilidades, bem como o instrumental técnico-operativo e as condições institucionais são integrantes dos meios de trabalho.

O conjunto articulado de instrumentos e técnicas que permitem a operacionalização da ação profissional. Nessa concepção é possível atribuir-se ao instrumento a natureza de estratégia ou tática, por meio da qual se realiza a ação, e a técnica fundamentalmente a habilidade do uso do instrumental (MARTINELLI & KOUMROUYAN, 1994).

Daí entende-se, que o espaço da criatividade no uso do instrumental reside exatamente no uso da habilidade técnica, portanto reside no agente. Por outro lado, entende-se que o instrumental não é nem o instrumento nem a técnica tomados isoladamente, mas ambos, organicamente articulados em uma unidade dialética (entrevista, relatórios, visita, reunião, observação participante, etc).

Por trás da aparente neutralidade de sua aplicação, encontram-se objetivações que articulam dimensões econômico-sociais e ético-políticas, relativos aos sujeitos profissionais individualmente, e aos interesses de classe.

2.2 A intervenção do Serviço Social nos programas abrigos

As Casas-lares devem ter consciência de que “por mais que existam excelentes instituições, jamais substituíram o binômio família-sociedade” (FREIRE, 1991, p.135).

Como já foi citado anteriormente no art. 101 do ECA, o abrigo era para ser o mais breve possível, porém, muitas crianças permanecem abrigadas por longos períodos na instituição, devido a várias causas, dentre elas, a situação econômica dos pais, a morosidade da justiça quando ocorre a destituição do pátrio poder.

A prática profissional do Assistente Social necessita de técnicas e instrumentos, que possibilitem a operacionalização da proposta de ação profissional. Dentre os instrumentos utilizados pelo Assistente Social, pode-se citar: relatórios, entrevistas, visitas domiciliares, entre outros.

Estes são requisitos indispensáveis para construir respostas eficazes, segundo os compromissos éticos norteadores do exercício profissional. Exige uma habilitação técnico-operativa, que envolve um conjunto de técnicas instrumentalizadoras da ação, que potencializam o trabalho profissional (IAMAMOTO, 1996, p.56).

Dessa forma, o Serviço Social tem como ações profissionais à orientação e repasse de informações a respeito da criança e sobre sua família para o Juizado, e ainda os registros profissionais, sendo muito importante e necessário para que os funcionários que mantêm contato com as crianças e adolescentes possam estar ciente de todos os acontecimentos relacionados aos mesmos.

Assim, várias demandas chegam ao Serviço Social do abrigo, trazidas através de seus usuários: crianças e adolescentes abrigadas e suas famílias. Dentre as várias demandas pode-se destacar: a violência doméstica contra crianças e adolescentes; crianças e adolescentes com experiência com drogas; crianças analfabetas e semi-analfabetas; necessidades de cursos para adolescentes; atendimento psicológico para crianças, adolescentes e famílias destes; desligamento de crianças e/ou adolescentes da instituição; egressos da Casa-Lar; excesso de crianças e adolescentes abrigados; tentativas de fugas e fugas de crianças e adolescentes do abrigo; suspensão ou perda do pátrio poder dos pais; auxílios concretos para as famílias; crianças e/ou adolescentes que precisam ser atendidos por outras Casas-Lares, devido a situações especiais; treinamento e capacitação dos monitores; adoção; enfraquecimento de vínculos afetivos e a necessidade de crianças e adolescentes construir e manterem outras relações afetivas.

As demandas que se tornam objetos de trabalho do Serviço Social podem ser tanto objetivas, como por exemplo, necessidades de auxílios concretos (roupas, cestas básicas, etc.) ou demandas subjetivas, como o enfraquecimento de vínculos de crianças e adolescentes abrigados.

Além disso, nem sempre as demandas são explícitas, é preciso problematizar as demandas e identificar a necessidade dos usuários. É necessário buscar parcerias para atender as demandas que exigem articulação com outros profissionais, como pedagogos, psicólogos e outros.

Segundo Oliveira (1999, p.37), “as demandas colocadas pelos usuários tornam-se cada vez mais complexas e amplas, pois além das tradicionais surgem outras, fazendo com que o Serviço Social planeje e execute projetos e programas dentro da instituição”.

A intervenção profissional, além dos instrumentais que já foram citados anteriormente, não se dá somente através do referencial teórico e instrumental, mas também através das condições institucionais que seriam os meio financeiros, técnicos e humanos.

É necessário também à manutenção de vínculos externos à instituição, para que, quando forem desligados do abrigo, tenham outros referenciais. O Serviço Social deve intervir para viabilizar espaços de lazer e estimular o vínculo afetivo com a comunidade da instituição e outras comunidades em geral.

Neste sentido, busca-se no próximo capítulo, analisar as possíveis propostas e resultados da ação profissional nos programas abrigos. Para tal, realizou-se uma pesquisa empírica, mediante entrevista no intuito de identificar o processo de trabalho em programas desta envergadura.

CAPÍTULO III

3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA

Neste capítulo, apresenta-se o processo e a análise da pesquisa empírica realizada com as Assistentes Sociais, como forma de colher os resultados obtidos com as entrevistas, apresentando possíveis propostas para desenvolver um trabalho de melhor qualidade para as instituições visitadas.

3.1 Caracterização da pesquisa

A pesquisa realizada foi de natureza qualitativa e esse tipo de pesquisa permite um espaço mais profundo de relações, pois, através dela se responde às questões mais particulares; ela trabalha com um universo de significados e fenômenos que aprofunda um lado perceptível das relações sociais.

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado (MINAYO, 1993, p.23).

O instrumental utilizado para obter os resultados e possíveis propostas da ação profissional foi a entrevista, considerada como uma técnica coleta de dados mais usada nos trabalhos científicos.

A entrevista consiste numa conversa intencional e é utilizada quando existem poucas situações a serem observadas ou quantificadas, e ainda quando se deseja aprofundar uma questão (RIZZINI, 1999, p.62).

O que torna a entrevista um instrumento de coleta de dados relevante para a pesquisa social é o fato de a fala ser capaz de revelar as condições pessoais, econômicas, estruturais e sociais de um determinado grupo ou de uma dada localidade e através dela pode-se planejar a ação, verificar os resultados e visualizar as conquistas obtidas pela ação do Assistente Social junto ao usuário.

A entrevista é um instrumento utilizado quando há interesse de desenvolver um trabalho em que é necessário priorizar um atendimento individual e aprofundar um determinado conhecimento da realidade humano-social, através do estabelecimento de um diálogo (SARMENTO, 1996, p.80).

Outra vantagem da entrevista é que ela possui maior flexibilidade, ou seja, o entrevistador pode repetir ou esclarecer as perguntas, explicar algum significado que o pesquisado não entendeu e da oportunidade para se obter dados que não se encontrem em fontes documentais e que sejam significativos.

3.2 Objetivos

3.2.1 Objetivo Geral

Identificar o processo de Trabalho do Assistente Social nos programas Abrigos, no intuito de buscar subsídios que orientem a prática profissional em programas desta envergadura.

3.2.2 Objetivos Específicos

- Conhecer as mudanças que ocorreram no processo de trabalho do Assistente Social nos programas abrigos;
- Identificar as demandas dirigidas aos Assistentes Sociais;
- Identificar os instrumentos técnico-operativos utilizados no processo de trabalho do Assistente Social;
- Conhecer as possíveis propostas de intervenção para a melhoria no desempenho das atividades realizadas.

3.3 Universo da pesquisa

A entrevista foi realizada com amostra aleatória, pois não existiu critério de escolha em relação ao entrevistado, não tendo sido entrevistado todo o universo, mas sim um pequeno contingente. No total foram realizadas quatro entrevistas com assistentes sociais de programas abrigos da região da grande Florianópolis.

3.4 Procedimentos metodológicos

“A utilização da metodologia faz-se necessária para que se compreenda o caminho dos pensamentos teóricos e a prática exercida na abordagem da realidade, ou seja, servir de parâmetro para não se desviar da linha do conhecimento” (MINAYO, 1993, p.16).

A princípio pensou-se em realizar a pesquisa em várias Casas-lares da grande Florianópolis, no entanto, algumas não disponibilizavam o trabalho do Assistente Social. Desta forma, a escolha das instituições onde foram realizadas as entrevistas deu-se de forma aleatória, dependendo da disponibilidade dos próprios profissionais.

Ressalta-se que a entrevista foi realizada individualmente com cada Assistente Social, sendo portanto, denominada entrevista individual. De acordo com Rizzini (1999, p. 64), “entrevistador e entrevistado estão face a face. Várias pessoas podem ser entrevistadas individualmente a respeito dos mesmos tópicos facilitando a compreensão das diferentes atitudes, comportamentos e opiniões sobre o mesmo assunto”. Objetivando identificar e conhecer melhor o processo de trabalho do Serviço Social nos abrigos, realizaram-se as entrevistas.

Na coleta de dados foram utilizadas duas formas: o gravador, com permissão do entrevistado, sendo todo o material transcrito de forma mais fiel possível para posterior análise e, segundo Siqueira (1998, pg. 22), o gravador pode ser utilizado,

quando o entrevistado permitir e o entrevistador perceber que não causa constrangimentos ao informante. Neste caso, antes da análise dos dados deve-se transcrever a entrevista. Independente da forma, todo registro deve ser feito com as mesmas palavras que o entrevistado usa, evitando-se resumi-las.

Além disto, tem-se também a entrevista falada, sem a utilização de gravador, cujo método de coleta se dá mediante escrita.

As perguntas caracterizam-se como semi-estruturadas segundo um roteiro previamente estabelecido, o entrevistador tem mais liberdade para desenvolver a entrevista, alargando o plano perceptível e geralmente apresenta um conjunto de questões abertas. A seqüência das questões é definida pelo entrevistador segundo a situação em que se encontra. O entrevistador pode dar explicação que facilitam o entendimento do informante ou acrescentar outras questões que melhor esclareçam o problema pesquisado, mas não é permitido ao entrevistador eliminar as questões.

[...] combina perguntas fechadas/ou estruturadas e abertas onde o entrevistado tem a possibilidade de percorrer o tema proposta sem respostas ou condições prefixadas pelo pesquisador (MINAYO, 1993, p.108).

A pergunta aberta caracteriza-se por ser ampla, permitindo ao entrevistado várias possibilidades, alargando o plano perceptivo. Já a pergunta fechada é restrita, limitando as respostas específicas.

A pergunta aberta é um convite às suas concepções, opiniões, pensamentos e sentimentos, a pergunta fechada exige apenas fatos objetivos (BENJAMIN, 1998, p. 93).

Para obter-se êxito na entrevista, utilizou-se um questionário com 07 perguntas, sendo estas consideradas de relativa importância para o tema em questão, tendo como base teórico-metodológica as bibliografias estudadas.

3.5 Tratamento dos dados

A apreciação dos dados foi realizada mediante agrupamento de respostas com posterior análise, adquirindo-se desta forma, subsídios para elencar os pontos propostos nos objetivos específicos.

3.6 Limitações da pesquisa

Este estudo apresentou as seguintes limitações:

- Escassez de bibliografias específicas de processo de trabalho do Assistente Social nos programas Abrigos;
- O fato de alguns programas abrigos não possuírem o trabalho do Assistente Social.

3.7 Descrição e análise dos dados

A pesquisa foi realizada em quatro instituições, sendo que, quatro Assistentes Sociais foram entrevistadas. São as instituições: Abrigo Lar São Vicente de Paulo – Florianópolis, Lar Recanto do Carinho – Florianópolis, Casa Lar Biguaçu, Ação Social Missão – Florianópolis.

A pesquisa será apresentada da seguinte forma: perguntas, respostas e posterior análise.

01 – No atual quadro conjuntural perpassado por profundas transformações, quais as mudanças ocorridas no seu processo de trabalho?

Quando questionadas demonstraram estarem cientes que ocorreram mudanças, mas não foram suficientes para a profissão ser mais valorizada, apesar dos campos de trabalho terem expandido-se. Um dos pontos positivos se destacou, pelo fato de que não existe mais aquela visão assistencialista, pelo contrário, são isolados, os casos ocorridos. Relataram também que o Assistente Social têm que estar sempre envolvido e articulado com as políticas sociais.

É necessário que os profissionais da prática ampliem suas noções, tomando o seu objeto a partir das relações que os mesmos estabelecem com os usuários, visto que, o objeto de trabalho do Serviço Social de corporifica, isto é, transforma-se em matéria-prima, através do planejamento e da implementação de ações que efetivamente transformem, os usuários de uma demanda a ser atendida em usuários dos serviços profissionais.

Desta forma, decifrar as novas mediações na qual vem se expressando a questão social, é de fundamental importância, já que, ela apresenta uma dupla perspectiva para a profissão: de um lado, apreendes as desigualdades sociais e suas múltiplas expressões na atualidade, e de outro, elaborar formas de resistência e de defesa da vida.

As respostas a seguir demonstraram:

- *“tem que realmente se especializar, tem que correr atrás para estar conquistando esses espaço, porque a globalização ela realmente ela suprimiu a Assistente Social, ela em vez de ser só Assistente Social ela tem várias outras situações que ela vai ter que embarcar junto” (entrevista nº01).*
- *“tem que estar envolvido na política com um todo, tem que estar atento para as políticas sociais e para as mudanças que ocorrem com as instituições envolvidas com os abrigos” (entrevista nº 02).*
- *“ainda falta espaço para o Serviço Social, o trabalho não é reconhecido” (entrevista nº 03).*
- *“antigamente era mais assistencialista e hoje não é, expandiu-se.” (entrevista nº04).*

02 – Qual a avaliação por parte do Assistente Social com relação ao grau de satisfação das necessidades e a efetividade dos projetos oferecidos pela instituição na vida dos usuários?

Os pontos levantados foram que os projetos estão sendo bem aceitos e executados na medida em que podem atender às necessidades da demanda.

Um dos pontos negativos foi relacionado à questão das verbas das instituições e do difícil repasse dos convênios, em detrimento de algumas ações, que por este motivo, deixam de ser efetuadas. Acrescentaram, ainda, que se tivessem mais recursos, poderiam oferecer muito mais, mesmo assim tentam fazer o possível para proporcionar o bem-estar os seus usuários. Outro ponto negativo colocado foi relacionado à morosidade da justiça, no sentido de que as respostas aos problemas deveriam ser mais rápidas e que houvesse uma maior articulação entre os dois segmentos. Porém, a Assistente Social da Casa-Lar de Biguaçu, relatou estar satisfeita com o atendimento da justiça da sua cidade.

Ressalte-se que uma das Assistentes Sociais entrevistadas não reclamou de questões relacionadas ao problema financeiro. Ainda assim, a Assistente Social da Casa-Lar de Biguaçu disse estar satisfeita com o atendimento por parte da Justiça de sua cidade.

Percebe-se nas respostas a seguir:

- *“para os pais é uma satisfação ao mesmo tempo eu vejo que eles querem tirar entende, e eles pensam não vou deixar ele ali dentro, mas ao mesmo tempo eles sabem, que lá fora, lá na casa deles, eu não vou poder dar tudo isso agora para eles e assim pelo menos quando crescer vão poder trabalhar e se virar” (entrevista nº01)*
- *“quando consegue dar um bom nível de bem-estar-físico e mental para essas crianças” (entrevista nº02).*
- *“os projetos estão sendo válidos, o contato com a escola, a questão do lazer” (entrevista nº 03).*
- *“quando no parecer Social sua opinião é valorizada” (entrevista nº04)*

03 – Quais as ações dirigidas ao Serviço Social deste abrigo?

A matéria-prima dos Assistentes Sociais são as diversas expressões da questão social que se manifestam na vida e, que constituem objetos de intervenção e investigação da categoria.

E a refração da questão social que se expressa no Serviço Social, nos abrigos, isto é, a sua matéria-prima são as demandas trazidas pelas crianças e adolescentes e suas famílias a partir do momento em que são abrigadas. Em relação a esta questão, mais sempre levando em consideração à individualidade de cada criança e adolescente, pode-se afirmar que as ações são basicamente as mesmas. Constatamos tal afirmação nos depoimentos das Assistentes

Sociais referindo-se às demandas dirigidas ao Serviço Social, ou seja, aos objetos de trabalho onde incide a ação do Serviço Social e, que constituem-se na própria matéria-prima com a qual este trabalha. Entre as quais destaca-se o contato com todas as instituições na qual as crianças e adolescentes estão envolvidos como o Juizado, escola, médicos, dentistas; estar viabilizando cursos, passeios e atividades que possam estar proporcionando o bem-estar dos adolescentes, como demonstrado nas respostas recebidas quando da entrevista:

- *“a partir do momento do recebimento , faz toda a papelada dela, toda a documentação. Abre a pasta de arquivo, contacta com o pessoal da saúde” (entrevista nº 01).*
- *“efetuar diversos encaminhamentos, garantindo seus direitos” (entrevista nº04).*
- *“a execução das políticas sociais” (entrevista nº02).*
- *“são os próprios abrigados” (entrevista nº 03).*
- *“efetuar diversos encaminhamentos, garantindo seus direitos” (entrevista nº04).*

04 – Quais são seus instrumentos de trabalho?

Os meios ou instrumentos de trabalho do Serviço Social são o conhecimento, e os instrumentais técnico-operativos. Através do conhecimento, o Assistente Social tem a possibilidade de pensar a realidade de forma crítica e, conseqüentemente transformá-la

E através das entrevistas, observa-se que há uma dificuldade de articulação entre atividade prática e teórica, visto que, as mesmas, na sua maioria, identificam e dão ênfase apenas ao instrumental técnico-operativo, como ferramenta de trabalho. As Assistentes Sociais foram unâmines ao responder que seus instrumentos de trabalho são basicamente os mesmos: entrevistas, visitas, relatórios, contato com as instituições que envolvem a criança (escola, médicos, dentistas, etc). A única diferença foi que uma ou outra instituição possuem veículo para locomover as crianças, sempre que necessário.

È certo que o instrumental técnico-operativo constitui-se numa ferramenta imprescindível para a concretização do trabalho do Serviço Social, no entanto, ele deve estar aliado à uma sólida base teórica-metodológica e à um atento acompanhamento da dinâmica da sociedade, o que supõe um forte investimento na pesquisa da realidade.

A seguir, as respostas encontradas:

- *“ trabalho em grupo com as crianças e os adolescentes” (entrevista nº01)*
- *“ contato com diversos órgãos relacionados à criança” (entrevista nº02).*
- *“ as observações das atitudes” (entrevista nº03).*
- *“ visita familiares” (entrevista nº04).*

05 – Você poderia identificar quais os resultados da sua ação?

Os resultados das ações do Assistente Social são aceitos, geralmente, como positivos, dentre os quais destacaram a questão do desabrigoamento, quando observam o brilho nos olhos das crianças, pois têm consciência que os abrigos, apesar de tentarem da melhor maneira possível possibilitar um atendimento de qualidade, não conseguem suprir a idéia de família, devido à inúmeros fatores como por exemplo a questão dos funcionários, que são poucos para dar atenção a tantas crianças; também quando nos dias de visita, as famílias reconhecem que as crianças estão bem cuidadas, limpinhas; quando conseguem observar e atender às necessidades das crianças, como por exemplo comprar com algum dinheiro que sobra (o que é difícil), algo que as crianças estão precisando, vindo a proporcionar uma alegria que compensa qualquer barreira.

Observa-se estas questões nas colocações a seguir:

- *“ver que o abrigo é bem visto, por suas famílias e pelas crianças, as vezes tem essa ligação de amor e ódio, mas que se sente seguros estando aqui” (entrevista nº01)*
- *“não deixa de ser a participação nos conselhos, eu sou do conselho, levando idéias, tentando implementar essas idéias” (entrevista nº02).*
- *“quando você consegue a reintegração familiar...você observa que tinha possibilidade e lutar para isso acontecer” (entrevista nº03).*
- *“a casa possui uma coordenadora (que no momento esta afastada), que não possui nenhuma visão do que é ser Assistente Social, tem uma cabeça muito fechada, é não para tudo (...). E hoje não, quando ela saiu de licença fui aos poucos mudando e estou conseguindo ter resultados, só que tem muita coisa para ser feito. (...) as crianças estão adorando e vivem perguntando quando a coordenadora vai voltar, com medo de que essa situação mude” (entrevista nº04).*

06 – Como a instituição em que você atua avalia o trabalho do Serviço Social

Tem que analisar que todo trabalho resulta em um produto. Sendo assim, o trabalho realizado pelo Assistente Social, possui finalidades, objetivos, metas e resultados que correspondem à determinadas necessidades humanas.

No entanto, nem todos os produtos dos trabalhos realizados pelo Serviço Social dos abrigos são imediatamente visíveis. Daí parte, a dificuldade de alguns profissionais em reconhecer o resultado do seu trabalho. O produto do trabalho do Assistente Social nem sempre possui um efeito material, ou seja, ela não resulta apenas em objetos úteis, mas é socialmente objetivo, isto é, o Assistente Social, produz efeitos na sociedade enquanto um profissional que incide no campo do conhecimento, dos valores, dos comportamentos, da

cultura, que, por sua vez irão repercutir na vida dos sujeitos. Embora não se corporifiquem como coisas materiais, o resultado de suas ações existem, são objetivos e se expressam sob a forma de serviços.

As Assistentes Sociais demonstraram ser de fundamental importância o trabalho do Assistente Social no abrigos, sentindo-se bem valorizadas e possuindo credibilidade por parte das instituições onde atuam. Uma das Assistentes Sociais relatou que seu trabalho é reconhecido, somente quando acontece a concretização das ações realizadas pelo Serviço Social, conforme as respostas a seguir:

- *“a gente se depara com algumas situações, assim, principalmente para quem está no lado funcional mesmo (...) para eles quem está lá na frente sentada não faz nada (...) depois ela entende que quando uma criança saiu, vai para guarda ou adoção, ela entende que foi o trabalho que a gente fez “aliviou” o trabalho dela e então vêem realmente que estamos fazendo algo” (entrevista nº01)*
- *“é muito valorizado, temos muita credibilidade” (entrevista nº02).*
- *“hoje a casa não ficaria sem o trabalho da Assistente Social, e isso é muito importante, é ótimo” (entrevista nº 03).*
- *“como a coordenadora não fazia o que tinha que ser feito, eles nem imaginavam qual era o papel da Assistente Social, e agora estão observando e valorizando” (entrevista nº04).*

07 – Entre o real e o ideal existe um caminho a ser percorrido?

A respeito deste questionamento constatou-se que existe um longo caminho a ser percorrido, bastante árduo, com muitos percalços e muitas barreiras, mas por outro lado muito esperançoso.

O ideal para quase todas as Assistentes Sociais é proporcionar um lar, seja biológico ou não; é proporcionar uma vida digna, com os direitos garantidos para as crianças e para suas famílias. Todas lutam para alcançar o idealizado, mas, embora conscientes de todas as dificuldades que se apresentam na profissão escolhida a luta continua, em busca do objetivo preconizado. Como mostram as respostas a seguir:

- *“a gente luta, bate, fura e consegue chegar no objetivo, eu acho que é isso que é nosso real é a construção desse objeto que a gente quer” (entrevista nº01)*
- *“é longo, ficamos angustiados com essa morosidade da Justiça” (entrevista nº02).*
- *“existe e muito. Toda a questão da família, da adoção e da idade. É um caminho que tem que ser percorrido” (entrevista nº 03).*
- *“O ideal é o acompanhamento antes e depois do desligamento. É de fundamental importância na vida dessas famílias ter o apoio do profissional” (entrevista nº04).*

3.8 Possíveis propostas

Tendo em vista os problemas detectados no presente trabalho, toma-se a liberdade de apresentar algumas propostas para dirimir os problemas apresentados quando das visitas às instituições.

Quanto à dinâmica familiar:

- Conhecer a história, a cultura, a dinâmica familiar, contextualizando o universo em que vivem e respeitando suas singularidades (perfis de famílias);
- Sempre trabalhar na perspectiva de reintegração familiar, de forma interacionista, fazendo com que está se sinta parte do processo;

- Desenvolver com a família um plano de ação e avaliação do trabalho, tendo como foco os objetivos que se almejam alcançar;
- Resgatar a auto-estima da família, detectando não só suas fragilidades mas também as potencialidades que possuem;
- Procurar incentivar a dinâmica familiar, buscando a resolução de conflitos.

Tipos de trabalhos que podem ser desenvolvidos com as famílias:

- Formação de grupos operativos ou terapêuticos (psicólogos), para que juntos consigam perceber que os problemas não são individuais e sim comuns para muitas pessoas; esclarecendo aos membros quanto ao papel que cada um desempenha no intuito de atribuir responsabilidades, principalmente no que concerne ao compromisso para com as crianças e adolescentes.
- Promover cursos de capacitação, palestras, debates sobre temas que permeiam a realidade destas, bem como, proporcionar orientação quanto aos seus direitos e deveres;
- Buscar através da intersetorialidade a resolução de questões que permeiam o meio familiar.

Quanto aos profissionais:

- Os Assistentes Sociais devem estar em constante aprimoramento profissional, qualificando-se contínua e sistematicamente;
- A necessidade da categoria profissional se organizar com intuito de realizar grupos de discussões para trocar experiências e conhecimentos;

- Buscar conhecer profundamente os instrumentos teórico-metodológicos e técnico-operativos do Serviço Social, para a aplicação no processo de trabalho cotidiano;
- Entender que em cada contexto se aplicam diferentes instrumentos de trabalho, por isto, o Serviço Social possui diversos processos de trabalho e não apenas um;
- Aplicar os princípios éticos fundamentais constantes no Código de Ética profissional;
- Ser um profissional criativo, propositivo, inovador, atualizado, culto, informado e dinâmico, que acompanhe a dinâmica do processo evolutivo da sociedade e do mercado de trabalho.

Considerações sobre o programa abrigo direcionado a criança e ao adolescente

- Para que o programa deixe de ser mero torna-se necessário investir em ações que possibilitem aos beneficiários, tecer novas redes de relações e repor vínculos com o mercado de trabalho, que a discriminação e a falta de oportunidades haviam corrompido.

Através dessas propostas apresentadas, pretende-se contribuir para o desenvolvimento do trabalho dos Assistentes Sociais dos abrigos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho consistiu em identificar o processo de trabalho do Assistente Social nos programas abrigos, no intuito de buscar subsídios que orientem a prática profissional em programas desta categoria. Paralelamente, foi estudado teorias sobre a história da criança e do adolescente e famílias.

Sentiu-se também a necessidade de um estudo a respeito do Assistente Social, bem como sobre seu processo de trabalho, pois o Assistente Social trabalha no âmbito das reproduções sociais, e para que esse processo seja desencadeado é necessário identificar o objeto de intervenção, os objetivos e finalidades, a partir das demandas percebidas na prática cotidiana. Deste modo, há necessidade de assumir um maior comprometimento com a profissão e com os usuários, oferecendo-lhes um serviço de melhor qualidade. E para isso se concretizar é fundamental importância que o profissional esteja em constante aprendizado, pois a sociedade está em constante transformação e novos paradigmas surgem a cada momento.

Assim, chega-se à parte final deste estudo com a intenção de se pautar algumas considerações a partir de reflexões desencadeadas no decorrer da construção do trabalho.

Apesar dos avanços introduzidos pelo ECA, verifica-se que, embora as instituições de recolhimento tenham mudado sua nomenclatura entre o século XVIII e início do século XX e evoluindo de uma fase inicialmente caritativa para assistência pública e institucionalizada dos dias de hoje – continuam, de modo geral, não só preservando muitas das características negativas citadas no decorrer do trabalho, como em vez de ter um caráter provisório na vida dessas crianças e adolescentes acolhidos terminam sendo local permanente de moradia para muitas delas, pelo menos até a idade-limite em que são aceitos pela instituição.

Percebe-se que os abrigos visitados diferenciam-se das grandes instituições que abrigavam crianças e adolescentes e eram comumente conhecidas como orfanato. É claro que existem diferentes situações, bem como o atendimento em cada uma delas também se diferencia. O que pretende enfatizar é que embora se saiba que o abrigo jamais irá substituir uma família, este se faz necessário em muitas situações e que pretenciosamente, pode-se dizer que as vezes é um mal necessário.

Através desse estudo percebeu-se que as políticas de atenção à criança e adolescentes não estão devidamente articuladas com ações de atenção a suas famílias, o que poderia não apenas evitar a institucionalização, como também abrevia-la, quando se mostrar excepcionalmente necessária.

Ao descrever a história da assistência social e sua rede de atendimento, pode-se verificar que as políticas sociais não incluíam a idéia de família como uma totalidade, pois eram implementadas em função de indivíduos. Todavia, apesar da legislação vigente já ter avançado neste aspecto, percebe-se que, de fato, ainda vigora um olhar individualizado e setorizado das questões familiares. Os processos de atenção à família são considerados a partir da ótica da incapacidade e da falência. É necessário esforço no sentido de articular e integrar as políticas setoriais, para que possam facilitar a qualidade de vida das famílias, analisando toda a sua conjuntura, para que ela não chegue a falir antes de receber cuidados.

Verificou-se também que a morosidade para o andamento dos processos (a nível judicial) revela a burocracia existente nesse âmbito e também na efetivação das políticas sociais públicas, por parte do estado e da sociedade civil, que dificultam ainda o trabalho profissional. Em consequência disso, as crianças e adolescentes aguardam ansiosamente essa decisão judicial.

Assim, conclui-se que muito ainda é preciso ser feito em prol das crianças, adolescentes e suas famílias, haja vista a importância do assunto em questão.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído para uma melhor compreensão sobre o processo de trabalho nos programas abrigos, e que seja o começo de mais reflexões almejando assim a continuidade de estudos e pesquisas sobre esta temática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁRIES, P. **História Social da Criança e da Família**. 2 ed. Rio de Janeiro: ABDR, 1981.

BARBOSA, R. N. C. & CARDOSO, F. G. A categoria processo de trabalho e o trabalho do Assistente Social. In: **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, v. 51, 1998.

Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

COSTA, A. C. G. **Trabalhando Abrigos**. São Paulo: CBIA/SP, IEE/PUC/SP, 1993. (Cadernos de Ação).

COSTA, A. C. G. & SEDA, E. M. *et al.* A criança e o adolescente, o município. Entendendo e Implementando a Lei nº 8069/90. Brasília: Fórum DCA- cbia, 1990.

DIMENSTEIN, G. O cidadão de papel: A infância, a adolescência e os Direitos Humanos no Brasil. Ática, 2000.

ESTATUTO DA CRIANÇA E ADOLESCENTE – LEI Nº 8.069/90

FRANCISCO, E. M & CARDOSO, I. C.C. O processo de trabalho do Serviço Social. **Em Pauta – Cadernos da Faculdade de Serviço Social da UERJ**, Rio de Janeiro, n. 06, p.05-09, 1995.

FREIRE, F. (org). **Abandono e adoção:** contribuições para uma cultura de adoção I e II. Curitiba: Terre des Hommes, 1991.

FUNDAÇÃO ABRINQ PELOS DIREITOS DA CRIANÇA. **10 medidas básicas para a infância brasileira.** São Paulo, 1994.

GENTILLI, R. **Representações e práticas** – identidade e processo de trabalho no Serviço Social. São Paulo: Veras, 1998.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas.** Fortaleza: CRESS. 3.Região, Mimeo, 1997.

KOLOUSTIAN, S. M. (org). **Família brasileira, a base de tudo.** São Paulo: Cortez, 1994.

MARX, K. O processo de trabalho e o processo de produzir mais valia. **O Capital.** São Paulo: Difel, Livro 1, v. 1. 1987. p. 201-210.

MARTINELLI, M. L. & KOUMROOWYAN, E. Um novo olhar para a questão dos instrumentais técnico-operativos em Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade.** São Paulo: Cortez, v.45, 1994.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: HUCITEC – ABRASCO, 1993.

MIOTO, R. C. T. “Família e Serviço Social”. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, v.55, 1997.

OLIVEIRA, M. G. S. **Apadrinhamento Afetivo** – Uma parceria das Casas-Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz com a comunidade de Coqueiros. Florianópolis, SC: UFSC, 1999. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

PITAN, I. **Abandono e Institucionalização: caminhos que se cruzam**. Florianópolis, SC: UFSC, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

RIBEIRO, M. S. **A questão da família na atualidade**. Florianópolis, 1999.

ROSA, K. T. **Manutenção dos Vínculos Familiares numa Casa-Lar: Lições de um Estágio**. Florianópolis, SC: UFSC, 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

ROSSETTI, F. & TOLEDO, J. R. Família. Folha de São Paulo, São Paulo, 20 set. 1998. Especial, 16p.

SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça e Administração. Centro Brasileiro para a Infância e a Adolescência – SC. **Projeto Casa-Lar:** uma alternativa de atendimento às crianças e ao adolescente. Florianópolis: IOESC, 1999.

SANTOS, L. P. **Faces e Disfarces da Institucionalização:** uma experiência vivenciada na Casa-Lar/Coqueiros. Florianópolis, SC: UFSC, 1997. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

SARMENTO, H. B. M. **Anais...** V Encontro de Pesquisadores em Serviço Social. UERJ. Rio de Janeiro, 1996.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade:** dimensões históricas, teóricas e ético-políticas. Fortaleza: CRESS/ 3º. Região, Mimeo, 1997.

SIQUEIRA, S. **Seminário de Pesquisa.** Apostila do Curso de Pós-graduação – Atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco. UDESC, 1998.

SOARES, C. M. **Caminhos de (Des) Caminhos do Processo de Destituição do Pátrio Poder.** Florianópolis, SC: UFSC, 1998. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

VEDANA, P. **O grupo de adolescentes contribuindo no processo de mudança da realidade nas Casas-Lares Nossa Senhora do Carmo e São João da Cruz.** Florianópolis,

SC: UFSC, 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina.

OLIVIAN, M. Atendimento de criança e adolescente em rede: uma proposta para proteção integral. RS (1990).

VOLPI, M. **Sem liberdade, Sem Direitos** - A privação de Liberdade na percepção do Adolescente. São Paulo: Ed. Cortez, 2001.

WEBER, L. N. D. & KOSSOBUDZKI, L. H M. **Filhos da Solidão**: institucionalização e abandono e adoção. Curitiba: Terre des Hommes. 1996, 211p.

APÊNDICE

ENTREVISTA Nº01

INSTITUIÇÃO: Lar Recanto do Carinho

ASSISTENTE SOCIAL: P. P

01 – No atual quadro conjuntural perpassado por profundas transformações, quais as mudanças ocorridas no seu processo de trabalho?

R: Globalização em todo esse quadro, essa economia a vida em si, Assistente Social tem que começar a trabalhar junto com as transformações que há, não tem como não ser versátil, cada dia anda para trás e cada dia mais pessoas que estão vindo no mercado de trabalho e adquirindo espaço muito mais conceituado.

Eu no meu ponto de vista tem que realmente se especializar tem que correr atrás para estar conquistando esse espaço porque a globalização ela realmente, ela suprimiu a Assistente Social, ela em vez de ser só Assistente Social ela tem várias outras situações que ela vai ter que embarcar junto, porque caminhar junto com isso, porque se não ela realmente não vai conseguir nem ter o ingresso no mercado de trabalho. E as mudanças que eu posso ver aqui no trabalho nesse processo de trabalho principalmente dentro de um abrigo e não só o trabalho interventivo do Assistente Social em função da entrada, do abrigamento dessa criança, do trabalho com as famílias com até mesmo o trabalho do Juizado mas também tem que quer ter um pouco a mais que isso tem que ser empreendedor.

Estar atrás de parcerias concretas para que esse lar, estar dando subsídios para que ele sobreviva até mesmo e de uma certa maneira a Assistente Social tem que ter espírito empreendedor porque esse processo de globalização pede isso também exige mudanças num todo é o processo interventivo é um deles, tem que estar precisando um pouco do administrativo, do direito e graças a Deus pelo menos na época que eu estudei eu tive um pouco dessas cadeiras e é isso mesmo que acontece. Na prática a gente tem que ter uma dinâmica também dessas matérias para que gente possa, precisa pois entra um projeto, esse projeto ou a gente faz esses projeto requer uma demanda e dentro desse projeto vai gastar tanto tem planilhas que você tem que fazer e tua vai administrar de que maneira esse dinheiro que chega, como vai ser aceito esse trabalho sempre tem que estar ao todo se reciclando e procurando resgatar tudo que a gente estudou lá. Trazer um pouco daquela teoria para prática e muitas vezes se pega dizendo que a prática fica desvinculada mais ao mesmo tempo a gente usa. Não parar no tempo. O campo de trabalho hoje esta muito escasso, principalmente aqui na UFSC está abrindo muitas vagas de Serviço Social no período da manhã têm vagas no período da noite, então é crescente o numero de Assistente Sociais que esta vindo e a dificuldade de encontrar um emprego.

Campo tem bastante, mas eles não estão vendo e quando assim, precisa de uma Assistente Social como eu falei, ela não pode ser só Assistente Social, ela tem

que ter outras habilidades, mexer no computador ter uma noção de administração, noção de que é um de direito.

Antigamente não era assim, por exemplo se era o abrigo eu também não sei se era assim eu estou pouco tempo na área, só 7 anos, sendo o abrigo a gente pensa, é a criança que está chegando vai fazer de abrigo fazer o processo de reintegração ou de adoção tá ligado ao Juizado, o Juizado faz parte dele e a Assistente Social aqui faz todo esse trabalho de articular junto a criança e aos familiares ou junto a criança e ao casal adotante fica por ai, mas não é por isso.

Hoje, não é mais assim, as crianças aumentam cada vez mais, A gente foi num congresso de magistratura sobre proteção integral a criança e ao adolescente é uma das coisas que foi colocado entre os magistrados que isso é uma situação que esta no Estatuto , até foi uma Assistente Social Miriam Batista que no Estatuto e nas pesquisas não se abriga uma criança por ordem financeira mas em toda pesquisa que ela fez claro que teve uma negligência mas a maioria das mães, dos familiares que se constata que a criança esta aqui por uma situação financeira, sendo o principal motivo. E que sustentam a idéia de que estão no abrigo e que com o tempo ela pode melhorar, não vêem o abrigo como uma medida judicial, eles vêem o abrigo mais ou menos como uma escola internato que a criança vai ter onde comer, onde ficar vai dar tudo certo e que depois quando ela estiver um pouquinho mais organizada e que a criança estiver melhor tudo certo ela vai vir buscar daí ela se depara com a situação judicial daí o problema. Ela sabe que causou uma situação para aquela criança.

02 – Qual a avaliação por parte do Assistente Social com relação ao grau de satisfação das necessidades e a efetividade dos projetos oferecidos pela instituição na vida dos usuários?

R: Isto é um programa e não um projeto. Essa satisfação é um pouco dúbia digamos assim, porque ao mesmo tempo em que essa família se sente satisfeita porque os filhos estão num local em segurança e de uma certa maneira, tudo aquilo que em casa é difícil de oferecer e eles têm aqui e que nos finais de semana alguns que tem ordem judicial que podem levar no final de semana para casa, os familiares se sentem bem, porque essa criança esta bem, que de uma certa maneira, aqui nos temos por isso levar uma cesta básica para criança passar o final de semana para criança também, se sentir junto com a família e com os outros filhos que tem então a gente dá uma porçãozinha um pouco maior, então isso é um grau de satisfação, porque esta tendo não só acompanhamento com essa criança aqui dentro, mas também com essa família lá fora. Então elas se sentem bem, mais ao mesmo tempo eles não se sentem bem, eles gostam disso aqui, sabem que é bom, tem coisas interessantes, atrativos para eles, mas ao mesmo tempo eles odeiam, e a relação meio complicada, porque o odiar deles é porque eu tenho tudo isso mais minha família não esta aqui, então eu vou para casa, eu não quero ficar aqui. Eu prefiro deixar isso tudo para ficar com minha família. O que aconteceu, tem que analisar uma coisa, por mais que a gente

queira que aqui seja um lar dentro de um abrigo tu perde toda a referencia de família, por mais não vai aparentar um lar porque não são pais, mães e sim são funcionários que com todo carinho e atenção do mundo estão tentando passar isso para eles, não é uma pessoa da família, mesmo que seja aquela pessoa que te bate, que te negligenciou, mas é alguém familiar é alguém que te dá chão, dá onde você está, que constituição, da onde você veio, Eles querem a construção de uma família, se você me tirou daquela família então me de outra ou me levem de volta para ela, mas não me deixa perdido e é isso que acontece.

Para eles não há um apego pelo lar, pelo abrigo, eu to aqui de passagem, quando a gente diz vai para tua casa se deitar, cuida da tua casa, eles falam essa aqui não é a minha casa não há nada meu aqui.

Mas ao mesmo tempo a gente sente que quando eles estão lá, a saudade é muito grande dos amigos que ficaram de visitar mais a garantia de estar lá com eles também é muito bem.

Então é situação de amor e ódio, a satisfação deles é boa para os pais, tem segurança, o filho está bem, as coisas estão melhorando, ele esta se alimentando, esta crescendo esta tendo tratamento, principalmente pela patologia deles, eu não sei dar o remédio direito, eu não sei fazer a coisa certa, pelo menos ele vai ficar ali, pelo mesmo até ele alcançar uma idade que já tenha sua independência de trabalho, de comida. Saber os medicamento, horário de medicamentos, saber tudo isso então eu vou lá e vou busca-lo, porque dai ele vai poder ser independente.

Para os pais é uma satisfação, ao mesmo tempo eu vejo que eles querem tirar, eles falam, eu quero tirar, eu não vou deixar ele ali dentro, mais ao mesmo tempo eles sabem, que lá fora, lá na casa deles, eu não podem dar tudo isso agora para ele e assim pelo menos quando ele crescer vão poder trabalhar e se virar, se ele for agora vai me pedir coisas que no lar tem e aqui na casa não tem. Isso tudo é uma situação de reflexão e para eles é a mesma coisa, eles adoram isso aqui, mas o bom é que tivessem uma família, ou uma família substituta ou uma família porque a facilidade de apego.

Tenta suprimir toda essa felicidade em alguma coisa, em alguém nesse familiar que um dia vai tirar ela daqui, mas a gente sabe que tem essa dificuldade essa avaliação que eu faço. Eles gostam mais é uma relação de amor e ódio os pais por estarem aqui por estarem bem claro que querendo tira-los mais sabem que há uma condição nesse momento e os filhos que querem ou as vezes a gente não tem os próprios pais, que tem a questão da orfandade, patologia deles, mas tem os outros familiares, tios, tias, avós, avôs, nessa vontade de querer. Família todo mundo quer ter o referencial, seja ela biológica ou não, esse é o grau de satisfação que eu vejo.

03 – Quais as demandas dirigidas ao Serviço Social deste abrigo?

R: O nosso trabalho aqui consiste especificadamente além de todo o trabalho a gente tem a situação do abrigamento, o recebimento da criança, faz toda a papelada dela toda a documentação, abre a pasta de arquivo contacta com o pessoal da saúde, faz todo o documento de saúde dela, se ela vem de uma família, se vem através do conselho tutelar a gente solicita o encaminhamento e em seguida os documentos (certidão de nascimento, carteira de vacinação, saúde). Se vêm do Juizado é a mesma coisa se caso ela vem do hospital ai eles faz todo esse o processo, a gente só recebe as crianças via Conselho Tutelar ou via Juizado não há uma outra, porque são os órgãos de proteção que nós vamos atender, ai as crianças vem ficar aqui conosco, então fazemos o processo de adaptação dessa criança junto com o pessoal da pedagogia, a gente tem uma coordenadora pedagógica,, nos não temos infelizmente uma psicóloga, temos uma psicóloga voluntária que trabalha com os adolescentes, quando é nenê fica mais fácil é só alimentação e carinho mas quando é um pouco maior dois ou três anos já tem que dar toda uma atenção a ela, todos os funcionário ficam atentos a essa situação a gente faz esse trabalho com os funcionários é a parte da saúde também gente já contacta como eu já falei com o pessoal da área da saúde para ver se há necessidade de alguma falta de alguma documentação a gente solicita a esses órgãos, nesses órgãos há uma morosidade nos processos, claro que imediatamente que a criança vem a gente tem que ser avisado que a criança está abrigada, daí dali a gente começa a fazer um trabalho para desligar, a gente trabalha em função do desliga-lo e não de ficar, então a gente trabalha com essa família, há existência da família, vai vir visitar o lar, a gente faz o trabalho de conversação com a família, além da conversação se ela ainda não pode levar nos finais de semana porque o Juiz diz não ter condições. Ela vem visitar nas segundas-feiras, uma vez por semana, então a gente começa a fazer um trabalho, fazemos a entrevista com esses familiares para ver como é que foi. O nosso problema maior é que esses órgãos de proteção não mandam um encaminhamento com relatório com os acontecimentos porque essa criança esta aqui o que aconteceu então a gente tem que estar sempre solicitando, buscando meios para ver o que esta acontecendo. Esse meio que não deveriam ser feito, mas acaba-se descobrindo esses meio através dos próprios pais, a gente faz uma trabalho de investigação em cima disso, os pais aparecem a gente começa a conversar, fazer um trabalho em cima disso para ver porque essa criança esta aqui, o que esta acontecendo e como vai poder ajudar essa famílias, a gente trabalha também com essa família até o ponto que ela deixa ser trabalhada, se a gente vê que não há possibilidade de fazer o trabalho de reintegração a gente vai começar a trabalhar o outro lado, o lado da adoção, guarda. Aqui nos temos uma situação muito complicada, porque alem de o juizado órgão que ficaria responsável em mandar casais interessados por uma criança a gente não tem isso muito freqüente em função da patologia deles, por serem portadores do vírus HIV.

Nos trabalhamos muito com o processo de acolhida desses voluntários, então nos temos voluntários na casa, daí os voluntários com a simpatia, vão se encantando, há um namoro mesmo desses voluntários, a maior parte das crianças que são adotadas ou estão sob a guarda, são em função de estarem através dos nossos voluntários. Poucos nesses dois anos e meio que estou aqui, poucos chegaram através do juizado que estavam lá no cadastro e tinham interesse em uma criança. Eles não têm um trabalho e além disso dentro do cadastro muitas vezes eles colocam como querem a criança e muitas vezes não querem portadores, por diversas situações, medo de não conhecer a doença, de criança vá morrer, toda essa situação que até é compreensível, como tem esses voluntários que sabem e conhecem são essas crianças eles vão se acostumando, levam para suas casas, depois de seis meses de voluntariado eles podem levar nos finais de semana, aí faz o processo de sociabilização e daí nesse processo de sociabilização sempre surgem voluntários que se encantam, começa aquele amor e acontece de uma guarda, claro que isso acontece com crianças menores e tem uma dificuldade muito grande com os adolescente que aclamam por uma adoção, por ter alguém uma família. Então as demandas são para os menores e não para os maiores, então os Assistentes Sociais trabalham também com os adolescentes, tenta trabalhar os adolescentes para mostrar outra realidade, uma outra situação que seria que eles estão crescendo coisas que a gente não imaginava, viraram adolescentes e eles vão virar adultos, a preocupação também do Assistente Social é fazer com esses adolescentes que não conseguiram ter uma familiar começam a trabalhar o lado de que quando eles saírem daqui eles precisem saber aonde querem trabalhar, então a gente faz esse trabalho, através de palestras, ir até o SINE inscreverem eles lá, porque a gente já tem adolescente com 16 anos, que já podem começar a ver essa possibilidade, trazendo pessoas para conversar sobre isso, nós agora temos uma serie de palestras que estamos fazendo sobre sexualidade, AIDS, como são esses remédios na vida deles e como se pega ou não, sei que eles estão carecas de saber mais é sempre bom estar trazendo isso para não deixar morrer isso dentro da instituição entender que são pessoas iguais mas ao mesmo tempo trabalham com um ponto negativo para eles, então eles tem que estar bem ciente, esse também é um trabalho do Assistente Social de estar fazendo esses trabalho com eles, nosso trabalho também de acompanhamento com a psicóloga voluntária, então quinzenalmente a gente dá um suporte para essa psicóloga no trabalho de grupo que é um outro trabalho que a gente faz com eles, trabalhar mesmo no dia-a-dia como é que estão, como estão se sentindo, assuntos que trazem a tona e a gente conversa. Além disso, Assistente Social ala tem o outro lado do empreendedorismo que seria a busca de parcerias, a competição de projetos para trazer beneficios para o abrigo, recursos financeiros até para o próprio abrigo isso tudo a agente esta sempre se engajando para trazer subsídios para dentro do abrigo, já que é um abrigo que vive totalmente de doações, Temos convênios com Prefeituras e o governo, mas cobre apenas 20% da situação atual. O repasse dessas verbas é

uma dificuldade principalmente do governo, da prefeitura até que a gente em uma situação razoável mais é pouco, e do governo a gente já assinou convênio basicamente em maio e não foi recebido nada ainda e esta acabando o ano e estamos ficando sem dinheiro.

É o lar mais conhecido, mas ao mesmo tempo com ponto negativo de mais conhecido, que agora as pessoas por essa situação econômica as pessoas estão com muitas dificuldades e ao mesmo tempo o lar recebe muita coisa, mas na realidade isso criou um ponto negativo, porque não recebe tanta coisa como se recebia. Isso esta acontecendo, a gente não esta fora da realidade, claro que ainda há o recebimento mais não com o mesmo fluxo, ao o financeiro que era dessas doações também decaiu um pouco, então entra o Assistente Social para ajudar, sempre trabalhando no vermelho, procurando parceiras novas para que a gente possas estar conseguindo sair desse vermelho, esta muito difícil, a gente não esta conseguindo. É uma dificuldade acho que do próprio sistema como um todo, e muitas vezes é aquela coisa, as pessoas auxiliam com muita coisa material (alimentos, roupas) é ótimo mais a gente precisa do financeiro para pagar os funcionários, para pagar manutenção do lar, hoje nós estamos com 58 crianças e adolescentes juntos, há uma despesa de farmácia, com essa patologia alem da cesta básica do SUS tem alguns remédios que não vem gratuitamente pelo posto de saúde tem que ser comprados, gasta-se me médio de dois a três mil reais por farmácia, não temos uma isenção da Celesc, isso nos dificulta mais ainda as vezes a gente fica atrasado, e luta para conseguir e as vezes aparece uma viva alma um voluntário e conversa para pagar.

04 - Quais são seus instrumentos de trabalho?

R: A gente usa muito a entrevista, o relatório, é trabalho em grupo com crianças e adolescentes, as entrevistas particularmente com os pais, basicamente é isso. Ficaria mais na constituição de relatórios, a parte das entrevistas individuais e grupais, o trabalho de dinâmica de grupo que gente faz com eles e a intervenção propriamente, dia-a-dia de conversar mesmo, dialogo, que com eles tem que ser trabalhado dessa maneira.

05 – Você poderia identificar quais os resultados da sua ação?

R: Eu acho que um dos resultados que eu posso te dizer é que a outra Assistente Social – a Cristina – está um pouco mais de três anos e eu dois anos e meio. Quando eu cheguei e a Cristina, chegamos tinha 72 crianças abrigadas e hoje tem 58.

Antes de colocar estes resultados até acho importante que ao mesmo tempo de ver a satisfação, porque assim o trabalho de todo o lar, em algumas situações, algumas crianças retornaram para suas famílias, mas em virtude de toda dificuldade de estar passando os remédios, de conseguir creche a gente abriu o projeto dia, que são poucas crianças, estamos ainda na experiência. Hoje tem 06

crianças que estão conosco, eles foram moradoras da cada e agora moram com suas famílias, mas em relação a essa situação de creche, de até mesmo levar para essas creches e essas creches haver uma discriminação, até por parte das próprias pessoas, de comentar que é portadora, tem medo de como as pessoas vão agir. Nós atendemos essas crianças aqui, então elas ficam aqui vão para escola ficam conosco no período adverso da escola e ai acontece de eles irem para casa no final do dia, vão e volto e aí o nosso único problema é por causa dos passes que agente não tem daí a gente tentou uma parceira com algumas pessoas que estão pagando esses pais com passes. Então a gente conseguiu essa parceria.

Com algumas pessoas, a maioria são os que moram mais próximos porque a gente não conseguiu voluntários para estar bancando. São dois voluntários que cuidam de duas crianças órfãos dessas famílias, então eles pagam o passe delas que seriam o mais longe daqui, outro a gente consegui com parceira do projeto florir Floripa, como ele passa no Monte Cristo de manhã, ele trás e quando volta ele leva, e o restante mora mais próximo daqui. É um projeto que estamos tentando levar em frente.

Os retornos para essas famílias o mais breve possível quando a gente consegue, as guardas e as adoções quando a gente tem essas parceiras do Juizado o mais rápido possível, esses voluntários que também nos ajudam, o desenvolvimento da própria criança, que chegam aqui e não irá vingar, mesmo eu acho que requer uma questão do Serviço Social junto com uma parceria com o pessoal da enfermagem e isso que a gente consegue que da todos os subsídios para que ela possa levantar essa criança social e isso que a gente faz, não só aqui dentro do lar mas fora do lar a gente procura isso, a gente tenta sociabilizar ele ao Maximo possível com a comunidade então de a comunidade conhece o nosso trabalho, a escola então a gente esta muito integrado nisso, São informações importantes as ações que a gente faz aqui. Uma das ações do Serviço Social é ver de uma certa maneira o abrigo se é bem visto eles fez por essas crianças as vezes tem essa ligação de amor e ódio mas que se sente seguros estando aqui e isso faz parte também de passar isso para eles.

Os engajamentos que a gente têm nos conselhos municipais, de saúde, da criança e do adolescente, a gente procurando também tangrilar o Serviço Social, A Cristina é uma pessoa que batalha muito para esse lado ela cuida fica mais dessa parte de conselhos mais direcionada e a ente vê o quanto ela exprime a dedicação e a vontade de mudança de buscar subsidio para a melhoria, alem do profissional também a gente deixa fluir essa efetividade é grande, não sou casada não tenho filhos eles parecem nossos filho mexe com eles mexeu com a gente, fortifica a rotina muito isso.

06 – Como a instituição em que você atua avalia o trabalho do Serviço Social

R: A gente se depara com algumas situações assim principalmente que está no Aldo funcional mesmo, no trabalho meio que braçal tem que pegar a criança, dar banho, dar comida para ela fazer isso ou aquilo, para ela o que estas fazendo lá frente sentada e não faz nada, a gente tem isso também aqui, é muito complicado mais ao mesmo tempo é observável em algumas outras partes e que aqui é a grande maioria de dar uma força para gente. Vai o entrosamento, o trabalho em equipe que tua faz. Porque eu como Assistente Social jamais vou me meter no trabalho dela, sem antes a gente conversar, mesmo que haja uma situação errada naquele momento, eu pelo menos não sou assim, eu não vou na frente de qualquer um e dizer que você esta fazendo errado na frente das crianças, ela pode até estar tomando uma atitude errada, mas depois a gente sente em outro local, olha você tomou essa medida, acho que não é por ai, ver o que a gente tem. Tenta mostrar para ela que o Serviço Social também não é também de ficar atrás da mesa e não faz nada eu acho que isso aqui Lee tem muito bem discriminado, apesar de que claro ainda muito nítido de que quem esta aqui na frente não faz nada fica só na boa vida e realmente tem momentos que dá para ter esse visual prático, realmente enquanto ela esta lá com vinte crianças em uma sala, com a cabeça a mil porque a Assistente Social está aqui podendo lá me ajudar, seria mais uma pessoa que iria lá..

Depois ela entende que quando uma criança saiu, vai para guarda ou adoção que foi o trabalho que a gente fez, quando alivia o trabalho dela ela vê que realmente ela esta fazendo algo.

Também com aquela família, que no final de semana, no domingo veio todo arrumadinho mais no outro não chegou legal, não estava bem, o Serviço Social tenta conectar com aquela família e muda a situação, já não é por ai, agente tenta fazer um trabalho em equipe as vezes é complicado

Mas é o que a gente vê, há com certeza essa visualização do processo de trabalho do Serviço Social mais tem momento que tem essa visualização, mas também há o outro lado, que esta andando, que de 72 crianças foram para 56, a cada dia procuramos melhorar.

07 – Entre o real e o ideal existe um caminho a ser percorrido?

R: Existe um caminho árduo, com muitos percalsos no caminho, com muitas barreiras, mais esperançoso ao mesmo tempo porque a gente luta, bate, fura e consegue chegar no objetivo, e eu acho que é isso que é o nosso real é a construção desse objeto que agente quer que aqui no Lar é melhor para crianças e adolescentes, fazer com que eles possam ter um lar seja onde for, seja biológico ou não e esse é o real, é o objetivo que nos queremos. O ideal é que tivesse todos essa oportunidade ma a gente sabe que vai ter alguns que não vão ser todos a terem essa situação mais que a gente pelo menos enquanto estiverem aqui fazer com que seja melhor possível, é desgostoso, é complicado mas

quando acontece é muito bom, é esperançoso, a gente vê a alegria nos olhos dele a gente como Assistente Social fez a nossa parte e deu certo então o real e o ideal se não conseguir meta real mas fazer o possível para que chegue perto ser forte cai em algumas horas mas levanta e aí o Serviço Social dá essa força.

O grau de satisfação é bem, eu gosto muito, eu tenho uma dificuldade em falar bonito, de se expressar, sou muito da prática, sou de trabalhar em problemas deles, buscar, ir atrás, quem posso ajudar, de fazer relatório, as duas Assistentes Sociais trabalham juntas em parceria. É um dos empregos que mais gostei.

O Serviço Social trabalha, atua e acho que isso é importante porque de um relatório uma entrevista, de uma conversa com o Juiz, que você luta para que ele tenha uma melhoria na vida dele.

No abrigo é isso e lutar por eles, eles estão aqui e tem que ter alguém para ajudar eu sou apenas uma pequena parte tem toda essa equipe boa que trabalha aqui, o pessoal da coordenação a coordenadora geral, a auxiliar de coordenação que nos dá um suporte muito grande qualquer coisa assim tem uma bagagem muito grande de abrigos por isso nos ajuda muito. Lar tem 14 anos. Tem que apreender muito com elas, a gente acerta juntas, muitas vezes conversamos, erramos juntas mais estamos juntas e isso que é importante.

ENTREVISTA Nº02

INSTITUIÇÃO: Abrigo Lar São Vicente de Paula

ASSISTENTE SOCIAL: B.G.

01 – No atual quadro conjuntural perpassado por profundas transformações, quais as mudanças ocorridas no seu processo de trabalho?

R: As transformações são que o Assistente Social tem que estar envolvido na política como um todo, tem que estar atento para as políticas sociais, para as mudanças que ocorrem nas instituições envolvidas com os abrigos. Antes o Assistente Social ficava sentada na sua sala, aguardando a demanda chegar, hoje não, tem que ir atrás, correr atrás do que necessita. Apesar dessas mudanças, ainda existe a falta de políticas pública e isso nos angustia.

02 – Qual a avaliação por parte do Assistente Social com relação ao grau de satisfação das necessidades e a efetividade dos projetos oferecidos pela instituição na vida dos usuários?

R: Existe a satisfação com certeza. Quando o Assistente Social consegue dar um bom nível de bem-estar físico e mental para essas crianças isso é uma satisfação. E essa satisfação nota-se nas famílias também, quando vem visitá-las e vêem que estão bem cuidados, apesar da situação de estarem aqui.

03 – Quais as demandas dirigidas ao Serviço Social deste abrigo?

R: Além de Assistente Social, sou coordenadora, porque é tipo de uma regra da Irmandade que as coordenadoras sejam Assistentes Sociais e as demandas são a execução de políticas sociais; a interface com o Juizado; com as famílias; o cuidados do bem estar das crianças e também a execução de políticas sociais. E também o quadro funcional do abrigo, se estão com algum problema, a parte administrativa. O contato com o Juizado deixa a gente angustiada, porque tem uma certa morosidade, quanto a definição dos casos e isso dificulta o trabalho.

04 – Quais são seus instrumentos de trabalho?

R: Relatórios, entrevistas com as famílias contato com diversos órgãos relacionados à criança.

05 – Você poderia identificar quais os resultados da sua ação?

R: Os resultados são ver que essas crianças estão bem, como eu já falei. E também não deixa de ser a participação nos conselhos, eu sou do conselho, levando idéias, tentando implementar essas idéias.

06 – Como a instituição em que você atua avalia o trabalho do Serviço Social

R: É muito bem valorizado, temos muita credibilidade.

O lar é um dos programas da Irmandade e todos os programas oferecidos pela Irmandade são coordenados por uma Assistente Social.

07 – Entre o real e o ideal existe um caminho a ser percorrido?

R: É longo. Ficamos angustiados com essa morosidade da Justiça. Não existe um procedimento para dar embasamento para as Assistentes Sociais dos abrigos, eles não possuem um prazo, um caminho ideal a ser percorrido, o que é certo então isso dificulta o trabalho, porque o retorno teria que ser mais breve possível, mas não é, teria que encurtar esse caminho.

Eu estava até conversando com algumas outras pessoas para estar fazendo, organizando um seminário para discutir todos esses assuntos, que deixam dúvidas e que não tem um esclarecimento. Tomara que de certo.

E também gosto do que faço, é muito gratificante.

ENTREVISTA Nº03

INSTITUIÇÃO: Ação Social Missão

ASSISTENTE SOCIAL: S.

01 – No atual quadro conjuntural perpassado por profundas transformações, quais as mudanças ocorridas no seu processo de trabalho?

R: Apesar de todas as transformações que ocorreram, ainda falta espaço para o Serviço Social, o trabalho não é reconhecido.

02 – Qual a avaliação por parte do Assistente Social com relação ao grau de satisfação das necessidades e a efetividade dos projetos oferecidos pela instituição na vida dos usuários?

R: O lar possui 10 meninos e nenhum deles tem a possibilidade de retorno, mas alguns possuem irmãos em outras instituições e então tentamos manter o vínculo e isso é muito válido. Os projetos estão sendo válidos, o contato com a escola, a questão do lazer. Temos psicólogas e psicopedagoga voluntárias que desenvolvem um trabalho, apesar de eu ter um pé atrás com voluntários. Mas temos falhas que é os convênios com prefeituras e governos, as verbas não chegam, meses sem mandar e então como é que fica a alimentação dessas crianças é muito complicado.

03 – Quais as demandas dirigidas ao Serviço Social deste abrigo?

R: As demandas são os próprios abrigados, que sempre tem que manter contato com a escola; e estar analisando suas atitudes como um todo; tem que ter o contato com o Juizado; fazer o acompanhamento psicológico; ver médico; todo problema ou atitude que o funcionário perceber dessas crianças é obrigada a passar para mim, tudo passa por mim. Se a demanda que chegar eu conseguir resolver tudo certo se não passo para o presidente e tentamos achar a solução.

04 – Quais são seus instrumentos de trabalho?

R: Os instrumentos são os relatórios para o Juizado que é feito dois por semestre, as entrevistas, as conversas com as crianças, observações das atitudes.

05 – Você poderia identificar quais os resultados da sua ação?

R: Os resultados são quando você consegue perceber as coisas por exemplo, bem no início quando entrei aqui tínhamos um caso que o pai era alcoólatra e o menino estava uns três meses conosco e nesse período o pai não estava bebendo para tentar conseguir a criança de volta, então eu fiz todo o acompanhamento deste caso, enviando relatórios, fazendo estudo de caso, tentando a reintegração dessa criança, várias idas ao Juizado, até que a criança voltou a morar com o pai. Isso é válido, você ver, observar que tinha possibilidade e lutar para isso acontecer. A casa não é o ideal, o ideal é a família.

Alguns estão em colégio particular e o colégio rotulou essas crianças de meninos da Casa-Lar, também faz pouco tempo que eu descobri que o diretor do colégio, quando deu a bolsa, nós nem fomos pedir, ele ofereceu, e antes das crianças iniciarem na escola, no dia de uma reunião com os pais ele falou lá na frente, que o colégio iria receber crianças de uma Casa-Lar, então eles ficaram conhecidos como alunos da Casa-Lar, e, também a pegação no pé deles é muita, tudo o que acontece de errado é culpa deles. A coordenadora vive me ligando e vive no pé deles, acontece de quebrar alguma coisa a culpa foi dele, então estamos analisando até que ponto o colégio particular é bom é válido na vida deles, claro que a gente pensa, uma educação melhor, mas nessa situação que está ocorrendo isso está sendo negativo para eles, então acho que vamos tirar.

06 – Como a instituição em que você atua avalia o trabalho do Serviço Social

R: Para a instituição eu vejo que é fundamental o Serviço Social na instituição, porque como eu já falei, tudo passa por mim. Hoje a casa não ficaria sem o trabalho da Assistente Social, e isso é muito importante, é ótimo.

07 – Entre o real e o ideal existe um caminho a ser percorrido?

R: Existe e muito. Toda a questão da família, da adoção, da idade. É um caminho que tem que ser percorrido. No dia-a-dia a gente se auto avalia para poder estar percorrendo e ir atrás desse ideal. Tem que estar em busca dos direitos, têm muitas barreiras, é complicado mais por outro lado é muito bem e gosto do que eu faço.

ENTREVISTA Nº04

INSTITUIÇÃO: Casa-Lar Biguaçu

ASSISTENTE SOCIAL: M.P.

01 – No atual quadro conjuntural perpassado por profundas transformações, quais as mudanças ocorridas no seu processo de trabalho?

R: As mudanças foram que antigamente era mais assistencialista e hoje não é, expandiu-se bastante, foi aberto campos de trabalho em empresas privadas que antigamente não existiu, o surgimento das ONG's.

02 – Qual a avaliação por parte do Assistente Social com relação ao grau de satisfação das necessidades e a efetividade dos projetos oferecidos pela instituição na vida dos usuários?

R: No momento atual a satisfação está sendo bem boa.

03 – Quais as demandas dirigidas ao Serviço Social deste abrigo?

R: A Casa-Lar recebe crianças da cidade de Biguaçu, Governador Celso Ramos e Antônio Carlos, com idade de 0 à 18 anos. E as demandas são diversas: estar viabilizando cursos para os abrigados, passeios, atividades que possam estar proporcionando o bem-estar da criança e do adolescente; manter o contato com a escola para ver a situação; efetuar diversos encaminhamentos, garantindo os seus direitos e principalmente quando se tem o contato com a família; ver a carteira de bolsa-escola. O contato com médicos, ainda bem que e o Posto de Saúde daqui é ótimo, contato com o dentista. Temos três órfãos, então é mais difícil. Manter contato com os padrinhos afetivos.

04 – Quais são seus instrumentos de trabalho?

R: Os instrumentos são as entrevistas, relatório situacional (somente quando é importante, porque o Juizado não gosta de receber muitos relatórios), confecção de ofícios, principalmente quando chega a criança e quando acontece o desligamento, visitas familiares, observação das crianças, atualização das pastas das crianças, colocando tudo o que acontece com elas, estudo social, parecer social (quando está para acontecer a adoção com o meu ponto de vista).

05 – Você poderia identificar quais os resultados da sua ação?

R: Cada dia está melhorando mais. Porque estou aqui faz um ano, seis meses de estágio e seis meses de contratada, e a casa possui uma coordenadora (que no momento esta afastada) que não possui nenhuma visão do que é ser Assistente Social, tem uma cabeça muito fechada, é não para tudo, não fazia nada em benefício dos abrigados. Quando eu cheguei aqui de estagiária e saia para fazer visitas ela dizia que não adiantava de nada e que eu iria sair era para passear, não deixava fazer nada, nem documentação das crianças tinha, nem regimento interno. A Casa em si não possuía nenhum documento. E temos psicóloga e antes ela também não podia atuar, porque a coordenadora falava que não adiantava ela fazer o trabalho dela, porque não iria dar resultados. E hoje não, quando ela saiu de licença fui aos poucos mudando e estou conseguindo ter resultados, só que tem muita coisa para ser feito. Primeiramente falei para psicóloga vai desenvolver a tua profissão e vamos trabalhar em conjunto. Agora já tem o regimento da casa, as documentações das crianças estão em ordem, começamos a fazer festinhas de aniversário para as crianças, nem que seja um bolo, mas fazemos, estamos programando uma festa junina e nessa festa vai ser convidado os vizinhos aqui da Casa e cada funcionário vai trazer um amigo ou parente, tudo em benefício das crianças, para estarem se socializando. Nesse regimento mudamos algumas regras, porque parecia uma prisão, por exemplo ver televisão até mais tarde, principalmente os adolescentes, mas assim, se vão mal na escola, relaxam, então a coisa muda. As crianças estão adorando e vivem perguntando quando que a coordenadora vai voltar, com medo de que essa situação mude. Tem que esperar para ver.

06 – Como a instituição em que você atua avalia o trabalho do Serviço Social

R: Como existia essa situação que eu falei, eles nem imaginavam qual era o papel do Assistente Social, agora estão observando e como foi feito o regimento interno, constando o que cada funcionário faz, ficou bem melhor. Também foi feito uma reunião com eles, onde colocaram suas opiniões e isso não era feito, então eles se sentiram valorizados.

07 – Entre o real e o ideal existe um caminho a ser percorrido?

R: Ideal é o acompanhamento antes e depois do desligamento. É de fundamental importância na vida dessas famílias ter o apoio do profissional para evitar a reincidência, e ver se não estão passando por alguma situação que pode prejudicar a vida dessas crianças novamente, e tentar viabilizar suas necessidades. Essas famílias tem que ter outra oportunidade mais com a ajuda.

Também encaminhar para cursos. Adora o que faz. Mas está preocupada, se a partir do momento que a coordenadora voltar, como é que vai ficar a casa, tudo o que esta sendo modificado. Mas já se sente feliz, por estar conseguindo fazer o Regimento Interno, não esta pronto, mas se a partir do momento que estiver pronto e acontecer alguma coisa de ela ter que sair, já estar satisfeita.